

Sumário

Número de notícias: 53 | Número de veículos: 47

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo central registra superávit de R\$18,2 bi 5

ALÔ BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Superávit primário do Governo Central cai 40% em outubro 7

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Garantia de Lei e Ordem nos portos brasileiros (Artigo) 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Tesouro prevê pagamento "rápido" de precatórios 9

O POPULAR - GO - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão da vida toda tem empate no STF; faltam ainda 5 votos 11

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pressão por reajuste extra a cada 5 anos 12

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto prevê adicional de 5% para benefícios do INSS 14

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - OPINIÃO PÚBLICA
SEGURIDADE SOCIAL

Democracia e transparência na gestão da Previdência Social (Artigo) 16

ALÔ BRASÍLIA - DF - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Alckmin defende alternativa para desonerar folha de pagamento 18

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Desoneração terá nova proposta, diz Alckmin 19

GAZETA DE ALAGOAS - AL - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECEITA APREENDE MERCADORIAS FALSAS EM LOJAS DE ARAPIRACA 21

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Deputados assinam manifesto pela derrubada do veto à desoneração 22

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Frentes lançam manifesto pela derrubada do veto à desoneração 23

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aliados de Lira cobram empenho de emendas para aprovar medidas econômicas do governo
Lula 25

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fazenda deve fazer concessões para aprovar MP das subvenções 26

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxação de benefícios do ICMS será tratada por MP 28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desoneração: frentes parlamentares dizem ter maioria para derrubar veto 29

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - NACIONAL/MUNDO
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil gera mais de 190 mil postos com carteira assinada em outubro 30

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil gera 1,78 milhão de empregos no ano 31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

País cria 190 mil vagas com carteira em outubro 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Trabalho com carteira surpreende e volta a acelerar 34

O DIA - TERESINA - PI - EM DIA
SEGURIDADE SOCIAL

Investir o 13º salário é alternativa certa para se obter bons lucros 35

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Primeira parcela do décimo terceiro deve ser paga até esta quinta 37

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Primeira parcela do 13º deve ser paga até esta quinta; veja quem recebe 38

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 9 40

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsa Família de 8,3 milhões é bloqueado neste ano devido a irregularidades no cadastro 42

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Vitória do governo na luta por arrecadação 44

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Próximos passos da reforma tributária - LU AIKO OTTA 46

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto do BNDES deve ficar para 2024 no Congresso 48

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Heranças do exterior podem ser taxadas 49

Quarta-Feira, 29 de Novembro de 2023

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin confirma transferência de R\$ 8,7 bilhões a municípios..... 50

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados relatam perdas totais de R\$ 109 bilhões 52

VALOR ONLINE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Avanços no governo Lula - NILSON TEIXEIRA..... 53

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Câmara aprova marco legal do hidrogênio verde..... 55

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Deputada goiana relata projeto para transição energética..... 56

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Com "jabutis", projeto de lei sobre energia eólica pode ser votado hoje..... 59

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Evento debate o mercado de apostas e jogos digitais..... 60

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

Contra abandono do ensino médio, MP cria poupança para aluno..... 61

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ENSINO
ECONOMIA

Governo cria poupança para alunos de baixa renda..... 63

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reajuste nas alturas..... 64

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Pressionado por passagens aéreas e alimentos, IPCA-15 tem alta de 0,33%..... 66

O POPULAR - GO - ECONOMIA
ECONOMIA

IPCA-15 acelera a 0,33% com alta de alimentos..... 67

BEM PARANÁ - CURITIBA - PR - BEM RAPIDINHO
ECONOMIA

Prévia da inflação oficial fica em 0,33% em novembro, diz IBGE..... 68

A GAZETA - MACAPÁ - AP - ECONOMIA
ECONOMIA

IPCA-15: prévia da inflação sobe 0,33% em novembro, com alta no preço de alimentos
..... 69

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Prévia da inflação avança, mas cenário ainda não preocupa..... 70

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ibovespa sobe com visão de Fed suave..... 72

Quarta-Feira, 29 de Novembro de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BC se sente "confortável" com ritmo de corte de juros.....73

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Novos diretores do BC são aprovados em sabatina.....74

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Investimento social privado no combate à desigualdade - PALAVRA DO GESTOR.....75

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - NEGÓCIOS
ECONOMIA

O trabalho mais importante não é remunerado.....76

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Cresce entrada de estrangeiros no País.....78

O ESTADO - FORTALEZA - CE - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Brasil e Senegal estão cooperando em educação, defesa e agropecuária.....79

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SAQUE ANIVERSÁRIO

R\$ 95,9 bilhões para as obras em 2024.....81

Governo central registra superávit de R\$18,2 bi

Brasília - O aumento de gastos em ritmo maior que o crescimento das receitas fez o superávit primário do governo central - Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central - cair cerca de 40% em outubro. No mês passado, o resultado ficou positivo em R\$ 18,277 bilhões, contra superávit de R\$ 30,592 bilhões obtido em outubro de 2022. O superávit caiu 40,3% em valores nominais e 43% em termos reais, quando se desconta a **inflação**.

O superávit primário representa o resultado positivo das contas do governo sem os juros da dívida pública. Tradicionalmente, o mês de outubro registra superávit por causa do pagamento trimestral de **tributos** pelas instituições financeiras.

Em valores nominais, o resultado de outubro foi o quarto melhor da história, só perdendo para outubro de 2022, de 2020 e de 2016. Em valores reais (corrigido pela **inflação**), foi o oitavo maior superávit para o mês. O superávit recorde para meses de outubro foi registrado em outubro de 2016, quando houve resultado positivo de R\$ 40,872 bilhões por causa da repatriação de recursos no exterior ocorrida na época.

Apesar da queda em relação ao ano passado, o resultado veio melhor do que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado positivo de R\$ 17 bilhões em outubro.

Com o resultado de outubro, o governo central acumula déficit primário de R\$ 75,09 bilhões em 2023. Em valores nominais, esse é o terceiro maior déficit acumulado, só perdendo para os dez primeiros meses de 2020 (resultado negativo de R\$ 680,865 bilhões) e de 2017 (-R\$ 104,493 bilhões). Em valores reais (corrigido pela **inflação**), é o sexto maior déficit da série.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano estabelece meta de déficit primário de R\$ 231,5 bilhões para o Governo Central (Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central).

Em janeiro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou um pacote que pretende aumentar a arrecadação e revisar gastos para melhorar as contas públicas e diminuir o déficit para cerca de R\$ 100 bilhões em 2023. Na semana passada, a Secretaria de Política Econômica informou que a previsão oficial de déficit primário está em R\$ 177,4 bilhões para este ano, podendo chegar a R\$ 203,4 bilhões se considerada a metodologia do Banco Central.

Receitas líquidas aumentaram 5,5% em outubro

Na comparação com outubro do ano passado, as receitas subiram, mas as despesas aumentaram em volume maior por causa do Bolsa Família e dos gastos com a **Previdência Social**. No último mês, as receitas líquidas subiram 5,5% em valores nominais. Descontada a **inflação** pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a alta chega a 0,6%. No mesmo período, as despesas totais subiram 15,4% em valores nominais e 10,1% após descontar a **inflação**.

Se considerar apenas as receitas administradas (relativas ao pagamento de **tributos**), houve alta de 0,3 % em outubro na comparação com o mesmo mês do ano passado, já descontada a **inflação**. No entanto, houve reduções no Imposto de Importação, por causa principalmente da queda do dólar e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), por causa da compensação de **tributos** decorrente de uma decisão do Supremo Tribunal Federal de 2021, retroativa a 2017.

Em relação às receitas não administradas pela **Receita Federal**, os maiores recuos foram registrados nas receitas de royalties, que caíram R\$ 3,31 bilhões (-15,1%) descontada a **inflação** no mês passado na comparação com outubro de 2022. Atualmente, a cotação do barril internacional está em torno de US\$ 82 após ter chegado a US\$ 120 no meio do ano passado, por causa da guerra entre Rússia e Ucrânia.

Despesas - Turbinados pelo novo Bolsa Família, os gastos com programas sociais subiram R\$ 6,8 bilhões acima da **inflação** em outubro na comparação com o mesmo mês do ano passado. Também subiram os gastos com a **Previdência Social** (+R\$ 2,3 bilhões) e gastos discricionários (não obrigatórios) com a saúde (+R\$ 3 bilhões) e a defesas (+R\$ 1,4 bilhão).

Os gastos com o funcionalismo federal caíram 1,3%, descontada a **inflação** nos dez primeiros meses do ano comparados com o mesmo período do ano passado. Apesar do aumento de 9% concedido aos servidores do Poder Executivo Federal, aprovado no fim de abril pelo Congresso, o pagamento de precatórios e de demais dívidas judiciais ao funcionalismo caiu R\$ 4,53 bilhões no ano.

Em relação aos investimentos (obras públicas e compra de equipamentos), o governo federal investiu R\$ 51,01 bilhões nos dez primeiros meses do ano. O valor representa alta de 53,9% acima do IPCA em relação ao mesmo período de 2022. Nos últimos meses, essa despesa tem alternado momentos de crescimento e de queda descontada a **inflação**. O Tesouro atribui a volatilidade ao ritmo variável no fluxo de obras públicas. (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Superávit primário do Governo Central cai 40% em outubro

O aumento de gastos em ritmo maior que o crescimento das receitas fez o superávit primário do Governo Central - Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central - cair cerca de 40% em outubro. No mês passado, o resultado ficou positivo em R\$ 18,277 bilhões, contra superávit de R\$ 30,592 bilhões obtido em outubro de 2022. O superávit caiu 40,3% em valores nominais e 43% em termos reais, quando se desconta a **inflação**. O superávit primário representa o resultado positivo das contas do governo sem os juros da dívida pública. Tradicionalmente, o mês de outubro registra superávit por causa do pagamento trimestral de **tributos** pelas instituições financeiras. Em valores nominais, o resultado de outubro foi o quarto melhor da história, só perdendo para outubro de 2022, de 2020 e de 2016. Em valores reais (corrigido pela **inflação**), foi o oitavo maior superávit para o mês. O superávit recorde para meses de outubro foi registrado em outubro de 2016, quando houve resultado positivo de R\$ 40,872 bilhões por causa da repatriação de recursos no exterior ocorrida na época.

Apesar da queda em relação ao ano passado, o resultado veio melhor do que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado positivo de R\$ 17 bilhões em outubro. Com o resultado de outubro, o Governo Central acumula déficit primário de R\$ 75,09 bilhões em 2023. Em valores nominais, esse é o terceiro maior déficit acumulado, só perdendo para os dez primeiros meses de 2020 (resultado negativo de R\$ 680,865 bilhões) e de 2017 (-R\$ 104,493 bilhões). Em valores reais (corrigido pela **inflação**), é o sexto maior déficit da série.

Garantia de Lei e Ordem nos portos brasileiros (Artigo)

Larry Carvalho

A implementação da Garantia de Lei e Ordem (GLO) nos portos brasileiros é um tema de grande relevância e interesse para o país, uma vez que essa ação governamental visa conter o avanço do crime organizado, principalmente o tráfico internacional de drogas, que tem encontrado nos portos do Brasil um ponto de acesso fundamental para suas atividades ilegais.

A decisão de empregar a GLO nos portos foi impulsionada por eventos alarmantes que ocorreram recentemente. Em primeiro lugar, mais de 35 ônibus foram incendiados no Rio de Janeiro por facções criminosas, o que evidenciou a necessidade de ação para conter a crescente criminalidade. Além disso, houve um aumento significativo no contrabando internacional de drogas através dos portos e aeroportos do país.

O foco do governo federal é combater as facções criminosas, particularmente no que diz respeito ao tráfico internacional de drogas. Os portos brasileiros desempenham um papel crucial na rota do tráfico de drogas ilícitas da América Latina para a Europa, sendo os portos de Santos e Rio de Janeiro os principais pontos de entrada utilizados pelas facções.

Colaboração entre órgãos de segurança: A implementação da GLO nos portos é um desafio que requer uma coordenação eficaz entre os órgãos de segurança, como a **Receita Federal**, a Polícia Federal e as Forças Armadas. Essa colaboração visa fornecer apoio adicional no combate às drogas, aumentando a força disponível para enfrentar essa ameaça.

No entanto, uma das preocupações mais relevantes é a possível interferência da GLO nas operações de logística e comércio exterior. O decreto que autorizou o emprego das Forças Armadas nos portos estratégicos do Brasil estabelece que a execução da GLO será planejada e monitorada pelo Ministério da Defesa e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. No entanto, o papel da **Receita Federal** durante esse período transitório não está claro, nem se os auditores estarão submetidos à autoridade do Ministério da Defesa, sendo necessário, ainda, o plano a ser apresentado pelo Ministério da Defesa.

Fiscalização e comércio exterior: A implementação certamente resultará em uma fiscalização mais profunda e detalhada das mercadorias e navios que entram e saem do país. Essa abordagem representa uma mudança temporária na política adotada pelo Brasil em relação às convenções internacionais que buscam equilibrar a fiscalização e a fluidez do comércio exterior.

A **Receita Federal** já utiliza sistemas de inteligência artificial para o controle aduaneiro e a gestão de riscos de fraude, priorizando a análise de situações com maior probabilidade de fraude. Segundo o "Time Release Study", da **Receita Federal do Brasil**, cerca de 97% das mercadorias são encaminhadas para o "canal verde", o que dispensa exames documentais e verificações físicas de mercadorias devido à baixa probabilidade de fraude em determinadas operações.

No entanto, com a GLO em vigor, espera-se uma intensificação das fiscalizações, o que pode resultar em maior tempo de espera para a liberação de mercadorias. O estudo "Time as a Trade Barrier", utilizado pela GATT/OMC como referência, estima que cada dia de atraso ou retenção de mercadorias custa aproximadamente 0,8% do valor da mercadoria.

O impacto da GLO nos portos brasileiros é um tópico que suscita preocupações legítimas, especialmente em relação às operações comerciais. A implementação da GLO é uma medida de segurança necessária, mas sua execução requer uma abordagem equilibrada que leve em consideração tanto a necessidade de combater o crime organizado quanto a manutenção das operações eficientes nos portos do Brasil.

Somente com o lançamento do planejamento do Ministério da Defesa e a definição de novos procedimentos poderemos compreender de forma mais precisa os reais impactos da GLO nos terminais portuários brasileiros.

Larry Carvalho. Advogado, mestre em direito marítimo e especialista em logística, comércio internacional e agronegócio

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Tesouro prevê pagamento "rápido" de precatórios

Estevão Taiar e Jéssica Sant'Ana

O pagamento dos precatórios poderá ser realizado "rapidamente" assim que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir sobre o tema, afirmou ontem a secretária-adjunta do Tesouro Nacional, Viviane Varga. Os precatórios são as dívidas da União reconhecidas pela Justiça.

"Já fizemos um mapeamento de todo o conjunto de ações [necessárias para o pagamento]", disse em entrevista coletiva para comentar o Resultado do Tesouro Nacional (RTN) referente a outubro, divulgado pelo Ministério da Fazenda.

Na noite de segunda-feira, os ministros do STF já tinham formado maioria para permitir que o governo federal regularize o pagamento dessas dívidas, acatando parcialmente as solicitações da União. Mas o julgamento foi interrompido, em razão de um pedido de vista do ministro André Mendonça.

Os ministros do STF decidiram, como queria a Fazenda, que os valores que excederem até 2026 o subteto anual estabelecido pela Emenda Constitucional (EC) dos precatórios poderão ser pagos por meio de crédito extraordinário. Assim, não entrariam no limite de gastos do arcabouço fiscal e no cálculo da meta cie resultado primário do governo federal. O ano de 2026 foi estabelecido como limite porque seria o prazo final implantado pelo subteto.

Mas o ministro do STF Luiz Fux, relator da matéria na corte, não acatou o pleito mais controverso da União: classificar parte dos precatórios como despesas financeiras. Isso deixaria essas despesas específicas fora dos limites do novo arcabouço e da meta de resultado primário indefinidamente, e não apenas até 2026.

Também ontem, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, fez um apelo a Mendonça para que ele devolva de maneira célere ao plenário virtual do STF.

"Já tem maioria, fazemos apelo ao ministro André Mendonça para ter decisão definitiva ainda neste ano, porque precisamos organizar neste ano o pagamento do estoque dos precatórios via medida provisória [de crédito extraordinário]", afirmou após participar do

Seminário "Orçamento por Desempenho 2.0", promovido pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

Por sua vez, a secretária-adjunta do Tesouro destacou que o estoque dos precatórios em discussão no STF deve ficar entre R\$ 90 bilhões e R\$ 95 bilhões, ainda sem definição sobre montantes de principal e juros. A conta não inclui os precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), cujo pagamento seguirá regramento à parte. Ela também afirmou que o governo federal vai editar a medida provisória (MP) para que seja realizado o pagamento por meio de crédito extraordinário assim que o Supremo terminar o julgamento.

"Para a equipe econômica é extremamente importante essa decisão [do STF]", disse. "A ideia é começar 2024 sem esse passivo."

Conforme divulgado ontem pelo Tesouro, o governo central registrou superávit primário de R\$ 18,3 bilhões em outubro. Com isso, no acumulado de 12 meses até o mês passado, o governo central teve déficit de R\$ 85,3 bilhões, o equivalente a 0,83% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Os dados levam em conta Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central (BC) e excluem despesas com a dívida pública. A meta de resultado primário para este ano é de déficit de até R\$ 213,6 bilhões. Os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento projetam oficialmente resultado negativo de R\$ 177,4 bilhões. Mas o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou na semana passada que o empocamento de recursos parados nos ministérios pode chegar a R\$ 30 bilhões no fim do ano, diminuindo o déficit no mesmo montante.

O resultado primário do mês passado foi fruto de alta real de 0,6% da receita líquida, contra outubro de 2022, com o indicador atingindo R\$ 180,1 bilhões. Enquanto isso, as despesas totais subiram 10,1 % na mesma comparação, alcançando R\$ 161,8 bilhões. Já no acumulado do ano a receita líquida alcançou R\$ 1,575 trilhão (queda cie 3,3%), enquanto as despesas totais somaram R\$ 1,65 trilhão (alta de 5,7%).

"Já fizemos um mapeamento de todo o conjunto de ações"

Viviane Vargas

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187725>

Revisão da vida toda tem empate no STF; faltam ainda 5 votos

O ministro Luiz Edson Fachin apresentou seu voto na revisão da vida toda do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e seguiu entendimento da ministra Rosa Weber, já aposentada, sobre o direito dos aposentados à correção da renda, a data de referência da correção e o pagamento dos atrasados.

Rosa defende que a revisão é válida a partir de 17 de dezembro de 2019, quando o STJ (Superior Tribunal de Justiça) publicou o acórdão aprovando a medida, e diverge do relator, Alexandre de Moraes, que delimitou a correção em 1º de dezembro de 2022, data do julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal).

Com o novo voto, a decisão sobre o caso está empatada, com dois ministros a favor de tese mais vantajosa aos aposentados e outros dois ministros - Cristiano Zanin e Roberto Barroso - que defendem retorno do processo ao STJ.

Faltam ainda cinco votos, de Luiz Fux, Gilmar Mendes, Kassio Nunes Marques, André Mendonça e Cármen Lúcia. O julgamento está previsto para chegar ao final no plenário virtual nesta sexta, 1Q de dezembro.

A revisão da vida toda é um processo judicial no qual os aposentados do **INSS** pedem para incluir no cálculo da aposentadoria salários antigos, antes do plano Real, pagos em outras moedas. A correção foi aprovada no STF em dezembro do ano passado, por 6 votos a 5.

O Supremo julga agora os embargos de declaração da AGU (Advocacia-Geral da União), que defende o **INSS** na Justiça, pedindo para que sejam esclarecidos pontos da decisão. A AGU tenta limitar o alcance do pagamento.

DATA DE REFERÊNCIA

Dentre os pedidos feitos pelo **INSS** estão o de que a revisão passe a valer só após a publicação do acórdão do STF, em 13 de abril deste ano, que não seja possível abertura de ação rescisória para pagar valores a quem já perdeu o caso na Justiça e que ocorra anulação do julgamento.

O relator da medida, Alexandre de Moraes, aceitou em partes os embargos e determinou que os processos que tratam da revisão da vida toda ficassem parados,

até que os embargos sejam julgados.

Em seu voto, Moraes entendeu que a data de referência da correção é 1º de dezembro de 2022 e que não é possível fazer o pagamento dos valores a benefícios já extintos. Também limitou as ações rescisórias.

Rosa Weber foi contrária e modulou o pagamento dos atrasados. Para ela, quem entrou com a ação até 26 de junho de 2019 - data em que o caso começou a ser julgado no STJ - tem direito aos atrasados referentes aos últimos cinco anos da data de início da ação.

Já o segurado que entrou com ação no Judiciário após 26 de julho de 2019 terá os valores retroativos a partir de 17 de dezembro de 2019.

Zanin, no entanto, trouxe uma reviravolta para o caso, atendendo pedido específico da AGU. Inicialmente, o ministro pediu vista do processo, para analisá-lo melhor. Em seu voto, depositado na madrugada de sexta-feira (24), quando o julgamento recomeçou no plenário virtual, entendeu que o caso de veria voltar ao STJ.

Ele foi acompanhado por Barroso. Segundo Zanin, teria havido omissão do ministro Ricardo Lewandowski, a quem ele sucede, ao não observar o que diz o artigo 97 da Constituição Federal quando deu seu voto na revisão da vida toda. O artigo determina que, para uma lei ser julgada inconstitucional, é preciso haver maioria absoluta na corte julgadora, o que não teria ocorrido no julgamento no STJ em 2019.

Os argumentos de Zanin já estão sendo questionados. Em seus argumentos, os defensores alegam que há erro no voto de Zanin. O motivo é que, ao apontar omissão de Lewandowski, ele estaria alterando o voto do ministro aposentado, o que é proibido no STF.

Site: <https://opopular.com.br/digital/29-novembro-2023/1o-caderno>

Pressão por reajuste extra a cada 5 anos

João Vitor Gomes

APOSENTADOS DO INSS

Uma campanha do Sindicato Nacional dos Aposentados (Sindnapi) pressiona o Congresso a aprovar um projeto de lei que define reajuste extra de S% a cada 5 anos em todas as aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

À proposta, do deputado federal Fompeo de Mattos (PDT-KS), foi aprovada em agosto pela Comissão de Previdência e Assistência Social da Câmara, e aguarda votação nas comissões de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça, antes de ir ao plenário.

O principal argumento do texto é a defasagem do reajuste entre o benefício recebido por quem ganha o piso do INSS - equiparado ao salário mínimo, R\$ 1.320 - e quem recebe acima desse valor.

Segundo o presidente do Sind-napi-ES, Jânio Araújo, o reajuste do salário mínimo usa o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) somado ao "ganho real". Já para quem ganha acima do piso, usa apenas o INPC, o que encurta a distância entre os dois, representando uma perda de mais de 30% nos últimos 15 anos.

Segundo o presidente nacional do Sindnapi Milton Cavalo, a estratégia é buscar apoio dos parlamentares em cada estado para aprovar a medida. "Para o ano que vem, vamos organizar idas a Brasília para pedir apoio aos deputados federais. Não é uma proposta de governo ou de oposição, mas um pedido dos aposentados e tem tido grande aceitação".

O coordenador da bancada capixaba no Congresso, deputado Josias da Vitória (PP), afirmou ainda aguardar o trâmite nas comissões para definir um parecer.

Para o presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (EBDP), Diegp Cherulli, o reajuste é necessário, mas há problemas no texto apresentado, como a ausência da fonte de custeio, que ficou a cargo do Orçamento da União.

"Não é o orçamento da União que financia a seguridade social, mas sim o orçamento da própria seguridade. Acreditamos que a melhor medida é equiparar ambos os reajustes", disse.

O aposentado João Carlos Barata, 61, sente o impacto da perda com o atual modelo de reajuste da aposentadoria. "Eles acham que como a gente ganha mais do que o salário mínimo, agente não precisa do reajuste. Esperamos que corrijam a perda que nós tivemos".

Remédios com mais peso para mudança em cálculo

O Sindicato Nacional dos Aposentados (Sindnapi) também discute mudança na forma como é calculado o custo de vida da população idosa pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O chamado índice de Custo de Vida OCV-Dieese é mensurado mensalmente desde 1959, sendo usado como parâmetro para a criação de políticas públicas. Ele identifica o quanto de dinheiro é preciso para viver com o mesmo estilo de vida e padrão de consumo em uma certa região.

O presidente nacional do Sindnapi, Milton Cavalo, alerta que os gastos gerais dos idosos não são os mesmos que os dos mais jovens, tendo alguns produtos um peso maior na cesta dos mais velhos, como é o caso dos remédios.

"O custo de vida acaba se encarecendo por causa de medicamento, convênio médico o que é relevante para essa faixa etária. No Brasil, a pirâmide está se invertendo. Com o envelhecimento da população, essas metodologias vão ter que ser discutidas", diz.

A proposta é que o Dieese estabeleça um segundo índice, chamado de ICV-I, voltado especificamente para o cálculo do custo de vida da população idosa. Cavalo afirma que esse índice pode ser utilizado nas discussões do ajuste real do salário mínimo e inclusive das perdas previdenciárias.

SAIBA MAIS

Redução da perda na renda

CADA VEZ que o salário mínimo é reajustado, o valor da aposentadoria para quem recebe o piso do benefício também sobe.

O CÁLCULO DO REAJUSTE do salário mínimo é feito baseado no índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) somado à variação do crescimento econômico.

NO ENTANTO, para quem recebe acima do piso, o valor nãoacompanha o ganho obtido pelas camadas mais baixas do benefício.

A PROPOSTA, portanto, ó diminuir essa perda, criando um reajuste quinquenal de 5% aos beneficiários.

Fontes: pesquisa AT

Projeto prevê adicional de 5% para benefícios do INSS

São Paulo - Sindicatos de aposentados e centrais sindicais se uniram em uma mobilização pela aprovação de projeto de lei que garante a criação de um adicional de 5% nas aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A campanha em defesa do quinquênio dos benefícios - adicional pago a cada cinco anos - foi lançada na última quinta-feira (23) na sede nacional do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), que encabeça o movimento. O Projeto de Lei 1.468, do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), modifica a Lei 8.213, de 1996, que trata dos planos de benefícios da **Previdência Social**, para criar o quinquênio dos aposentados. O objetivo, segundo a justificativa do parlamentar, é minimizar a defasagem no reajuste dos benefícios do **INSS** na comparação com o salário mínimo.

O salário mínimo é o piso das aposentadorias. Desde que assumiu seu terceiro mandato no início de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem garantido aumento acima da **inflação** para o mínimo. Com isso, aposentados que **ganham** o piso recebem reajuste maior do que os demais beneficiários.

No caso de quem recebe aposentadoria, pensão e outros benefícios acima do salário mínimo até o teto previdenciário, hoje em R\$ 7.507,49, a correção no benefício é a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O projeto de Mattos não faz diferenciação entre quem ganha o piso e quem recebe benefício maior. Na prática, se aprovada, a medida garantiria o abono de 5% a cada cinco anos a todos os beneficiários do **INSS**.

O deputado afirma que baseou seu projeto na proposta que prevê quinquênio para juízes e membros do Ministério Público, de adicional de 5% a cada cinco anos para a categoria.

"O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) decidiu que os juízes podem ter quinquênio e eles já estão reivindicando 15 anos para trás. Nós não queremos nada atrasado, queremos daqui para frente", ressalta o parlamentar.

Envelhecimento - Para o presidente do Sindnapi,

Milton Cavalo, embora o cenário de aprovação de uma proposta do tipo seja difícil com a composição do atual Congresso, a medida é uma iniciativa que coloca o idoso no foco da economia, debate que precisa ser travado com o envelhecimento da população.

Ele defende a proposta como uma forma de movimentar a economia, já que, segundo dados apresentados durante o lançamento da campanha, 70% dos municípios têm como principal renda a dos aposentados. "A campanha é para sensibilizar os aposentados do Brasil todo. O que é importante é que todo esse reajuste a mais vem para o aposentado. Na maioria dos municípios - 70% -, quem faz gerar a economia é o dinheiro dos benefícios desses aposentados", diz. "Quando você implementa, aumenta o valor, isso consequentemente aumenta o consumo e melhora a economia. Eu vejo com bons olhos, mas vai depender das pressões", pondera. (Cristiane Gercina/ Folhapress)

Cálculo do ICV-I pode ser referência

São Paulo - O evento também marcou a retomada do convênio entre o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para a criação de um índice de custo de vida dos idosos, com a intenção de medir a **inflação** da categoria e seus gastos, e ter subsídios para negociar com governo e parlamentares melhorias.

Segundo o presidente do Sindnapi, Milton Cavalo, após a pandemia e a crise financeira no País, o Dieese está retomando o Índice do Custo de Vida (ICV), e a ideia é criar o ICV-I (dos idosos). "Eles estão retomando as pesquisas do ICV. Nas conversas que eu iniciei, seria dois pontos, retomar a filiação e ter uma subseção do Dieese, com o olhar nessa questão da idade", explica Cavalo.

O ICV-I deve servir para embasar as discussões no Congresso. Fausto Augusto Junior, diretor técnico do Dieese, afirma que ainda não há uma data para o início da pesquisa do custo de vida dos idosos, que depende de definição sobre como esse estudo será feito.

"A primeira questão é definir o que é uma cesta básica do aposentado. Ou seja, a gente precisa entender as

diferenças de consumo que um aposentado tem de uma família média, de uma pessoa que está ali entre 20 e 59 anos. A gente sabe que o peso do remédio é maior. Enfim, tem uma série de adequações que precisam ser feitas", diz Augusto Junior.

Para ele, é um caminho que precisa ser construído com urgência, porque a população está envelhecendo. "A nossa intenção é construir um índice que comece a organizar essa referência. Até porque quando a população está envelhecendo, cada vez mais esta **inflação** vai impactar o conjunto da sociedade."

O movimento tem apoio da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) e das representações de aposentados da Força Sindical, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da União Geral dos Trabalhadores (UGT), da Intersindical e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). (Cristiane Gercina/Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Democracia e transparência na gestão da Previdência Social (Artigo)

WAGNER BALERA

WAGNER BALERA

O CNPS (Conselho Nacional de **Previdência Social**) é o órgão incumbido de operar a democracia e a transparência na gestão da **Previdência Social**. Não é uma missão de seus membros, e sim um dever constitucional. Seria, pois, necessário que o CNPS explicasse muito bem como conseguiu, em poucos dias, promover a redução de despesas para o ano que vem da expressiva cifra de R\$ 12,5 bilhões. Sem embargo dos esforços gigantescos que estão sendo realizados pelo **INSS**, cujo Presidente é do ramo, a fila não anda. E a fila gerará, se andar, quase um milhão e setecentos benefícios a mais.

Mais benefícios, mais despesas...

O **INSS** pagará, no ano que vem, R\$ 897,7 bilhões de reais. Se quiser, veja quanto isso representa por dia, por hora, por mês. Um bom exercício para quem acha que o **INSS** nega tudo para todos os que batem na sua porta. Ah, é verdade. Alguém disse que a redução será decorrente da revisão de benefícios. Como assim? O **INSS** consegue errar tanto ou tem sido, como disse certo autor há mais de quarenta anos, "o reino das fraudes"?

Os julgados do Tribunal de Contas da União, que têm cobrado a revisão dos benefícios, apontam para a metade do corte que o CNPS acaba de fazer. É um colegiado muito mais otimista que aquele que entende formalmente de contas.

E se trata de mera argumentação retórica. O TCU não dispõe de dados para quantificar possíveis irregularidades.

Se soubesse que o benefício de Caio ou de Flávia não é devido, já teria mandado cortar.

Sem querer ser pessimista, duvido muito de números tão pomposos. Muitas vezes, são cassados benefícios devidos, que o Poder Judiciário ordena sejam reestabelecidos. De todo modo, a principal causa das deficiências de funcionamento da **Previdência Social** são sobejamente conhecidas.

E já as apontei diversas vezes.

Veja-se que a Lei n. 8.213, que cuida da organização da **seguridade social**, ordenava a modernização do setor. Estamos falando de 1991. Sabem o que se fez com essa parte da lei? Foi revogada! E o cadastro??

Qual deles? Conseguiram criar um cadastro para cada setor da **seguridade social** e alguns se gabam de ser os únicos. Sem cadastro não há controle. Sem modernização, não há revisão que possa vingar. Será que o cadastro único do SUS, cujo trabalho meritório durante a pandemia deve ser aplaudido sempre, registrou uma a uma todas as pessoas que receberam as vacinas.

Houve alguma tentativa de sincronizar os dados desse cadastro com os do **INSS**?

Houve alguma tentativa de sincronizar esses dados com os cadastros do SUS e do **INSS**?

Que tal começarmos a discutir esse temário a sério, antes que tudo seja pretexto para uma nova reforma redutora de benefícios? Hoje, a pessoa nasce e é enquadrado como integrante do cadastro de pessoas físicas, dimensão econômica da realidade. Por que não se opera igualmente com o cadastro único do social?

A maioria dos beneficiários do **INSS** recebem prestações no valor de um salário-mínimo.

Todos são titulares de um direito subjetivo. O Estado não faz nenhum favor a eles, nem lhes deu qualquer coisa. O benefício foi custeado pelos trabalhadores e pelas empresas.

Falar, pois, em revisão de benefícios como se fosse algo temível é algo estranho. Quem tem direito deve receber. E se houve algo indevido, que se verifique, mediante procedimento apropriado, o ocorrido e não para que seja cancelada sumariamente a prestação. Se não for devida há de ser cancelada, e, se alguém concedeu sem base, deve responder pelo ocorrido. Em suma, revisão não é medida de economia, e sim de justiça social.

De todo modo, algo não soa bem com essa abrupta tesorada no orçamento. A máquina administrativa da **Previdência Social** sempre foi caracterizada por

quadros de excelência, inclusive deu ao país uma estrutura modelar.

Ultimamente, porém, com a ausência de reposição dos quadros, em razão das aposentadorias e desligamentos, falta pessoal para tocar a instituição.

A fila dos benefícios é um sintoma, sim. Grave, mas não o único.

É hora de se promover debate sério sobre a melhor utilização do que se pretende cortar do orçamento sem a cabal, devida e consistente explicação de motivos e razões e sem que se apontem as falhas estruturais que poderiam, e deveriam, ser corrigidas com recursos necessários e suficientes.

Ademais, e adentrando em outras duas linhas de consideração, é necessário que seja reinstalado o Conselho Nacional de **Seguridade Social**, criado pela Lei n. 8.212, de 1991, e estranhamente suprimido pela Medida Provisória n. 1.799, de 1999. O Supremo Tribunal Federal, aliás, na ADI 2.065, cujo julgamento foi publicado em 2004, preferiu se omitir sobre o tema de tão alta relevância. Esse seria o foro adequado para o debate dos recursos devidos ao sistema e do controle da respectiva destinação.

É igualmente necessário que o Plano de Custeio da **Seguridade Social** contemple, com rigor, todo o montante necessário ao cabal e integral atendimento (art. 198, da Constituição) dos direitos estabelecidos pela Ordem Social Constitucional (Título VIII).

Saúde, Previdência e Assistência configuram, em nosso país, o catálogo essencial dos Direitos Humanos Sociais consagrados pela Declaração de Direitos Humanos de 1948, subscrita pelo Brasil. É hora de cumpri-los todos, sem desculpas de falta de verbas!

Professor de Direito Previdenciário da PUC-SP

Site:

https://ohoje.com/public/imagens/fotos/amp/2023/11/Jornal-O-Hoje_2023_11_29.pdf

Alckmin defende alternativa para desonerar folha de pagamento

O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse que uma nova proposta para a desoneração da folha de pagamento deve ser discutida após a aprovação da **reforma tributária** no Congresso Nacional. Em reunião com representantes de diversas entidades do setor privado, Alckmin informou que, após a viagem do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos Emirados Árabes, a ideia é se debruçar sobre essa questão para apresentar uma proposta para os setores que estavam sendo beneficiados com a desoneração da folha. Na semana passada, Lula vetou integralmente a proposta aprovada pelo Congresso Nacional que prorrogava até 2027 a medida que estabelece que a contribuição para a **Previdência Social** de 17 setores produtivos seja entre 1% e 4,5% sobre a receita bruta, em vez da contribuição de 20% sobre a folha de pagamento. Sem a prorrogação, a medida vale só até o dia 31 de dezembro deste ano.

"O grande desafio do mundo vai ser emprego e renda, não só nosso, mas mundial. Então, a gente [deve] procurar, pós-**reforma tributária**, buscar caminhos, e nós podemos discutir isso, para a desoneração de folha que já existe hoje na área rural para pessoa física e não teve perda de receita, você só muda a fonte de contribuição", disse Alckmin.

Em reunião de instalação do Fórum MDIC de Comércio e Serviço, Alckmin disse que, quando era deputado federal, foi relator da legislação que estabelece que pessoas físicas na área rural não paguem contribuição previ-denciária sobre a folha, mas sim um percentual na venda do produto. "Para você estimular o emprego, estimular a formalização", explicou o presidente em exercício.

Desoneração terá nova proposta, diz Alckmin

O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), disse, ontem, que uma nova proposta para a desoneração da folha de pagamento deve ser discutida após a aprovação da **reforma tributária** no Congresso Nacional. Em reunião com representantes de diversas entidades do setor privado, Alckmin informou que, após a viagem do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e do presidente Lula (PT) aos Emirados Árabes, a ideia é se debruçar sobre essa questão para apresentar uma proposta para os setores que estavam sendo beneficiados com a desoneração da folha.

Na semana passada, Lula vetou integralmente a proposta aprovada pelo Congresso Nacional que prorrogava até 2027 a medida que estabelece que a contribuição para a **Previdência Social** de 17 setores produtivos seja entre 1% e 4,5% sobre a receita bruta, em vez da contribuição de 20% sobre a folha de pagamento. Sem a prorrogação, a medida vale só até o dia 31 de dezembro deste ano.

"O grande desafio do mundo vai ser emprego e renda, não só nosso, mas mundial. Então, a gente [deve] procurar, pós-**reforma tributária**, buscar caminhos, e nós podemos discutir isso, para a desoneração de folha que já existe hoje na área rural para pessoa física e não teve perda de receita, você só muda a fonte de contribuição", disse Alckmin.

Em reunião de instalação do Fórum MDIC de Comércio e Serviço, Alckmin disse que, quando era deputado federal, foi relator da legislação que estabelece que pessoas físicas na área rural não paguem contribuição previdenciária sobre a folha, mas sim um percentual na venda do produto.

Desenrola

Na reunião, Alckmin disse que o governo estuda uma versão do programa Desenrola para as empresas. "Estamos discutindo o Desenrola Empresas também, para ajudar as empresas que tiveram dificuldade a poderem sair", disse, lembrando que o programa já beneficiou quase 2 milhões de pessoas que voltaram a ter crédito. (Agência Brasil)

Socialista sinalizou versão do Desenrola para empresas

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2023/11/desoneracao-tera-nova-proposta-diz-alckmin.html>

RECEITA APREENDE MERCADORIAS FALSAS EM LOJAS DE ARAPIRACA

A **Receita Federal** realizou, na manhã desta terça-feira (28), no município de Arapiraca, no Agreste alagoano, a "Operação Farpas", que teve como alvo 15 estabelecimentos comerciais localizados no centro da cidade.

A ação, que contou com a parceria de equipes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), apreendeu diversas mercadorias ilegais.

Os alvos comercializavam telefones celulares e acessórios frutos de descaminho (importação sem pagar os respectivos **impostos**) e outras mercadorias, em tese, falsificadas, tais como roupas e calçados.

O nome da operação faz referência à etimologia da palavra Arapiraca, que se originou do termo tupi arupare'aka, que significa "farpas", segundo a **Receita Federal**.

De acordo com conta uma tradição do povo arapiraquense, remanescente do próprio fundador do município, Manoel André, a palavra Arapiraca teria origens indígenas e, por analogia, significa "ramo que arara visita" Com essa operação, a **Receita Federal do Brasil** cumpre com sua missão de proteção dos interesses nacionais, da indústria brasileira, de proteção à população (uma vez que os produtos piratas, principalmente eletrônicos, representam perigo para a segurança dos consumidores) e, também, do investimento no país.

Deputados assinam manifesto pela derrubada do veto à desoneração

EDLA LULA

Presidentes de 14 frentes parlamentares assinaram, ontem, um manifesto pedindo a derrubada do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que prorrogou, por mais quatro anos, a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores econômicos. As frentes representam setores empresariais como comércio, serviço, empreendedorismo e agropecuária.

O senador Efraim Filho (União Brasil-PB), autor do projeto e presidente da Frente Parlamentar Mista do Comércio e Serviços, rebateu a justificativa do Planalto, amparada por uma nota técnica do Ministério da Fazenda, que aponta a medida como inconstitucional. "Não é inconstitucional. Ninguém perde o que não tem. O governo já não conta com essa receita", sustentou, ao comentar que a tese do ministério é "frágil", já que a inconstitucionalidade existiria se o governo perdesse receita. "A intenção do governo, na verdade, é arrecadar mais, já que, com a volta da cobrança, vai entrar mais dinheiro."

O manifesto alerta para o aumento do desemprego em consequência do veto presidencial. "Compreendemos a necessidade de equilíbrio fiscal, embora discordemos que a desoneração seja uma simples perda de arrecadação para a União. É preciso considerar que a manutenção de empregos e o estímulo à atividade econômica também geram receitas, por meio do consumo e do recolhimento de outros **impostos**. É importante lembrar que esses setores empregam, atualmente, cerca de 9 milhões de trabalhadores", destaca a nota conjunta das frentes parlamentares.

"A desoneração da folha de pagamentos tem um papel crucial na manutenção desses empregos. Ao contrário do que afirmado pelo governo, o estudo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostra que, de 2018 a 2022, os setores que permaneceram com a folha desonerada tiveram crescimento de empregos da ordem de 15,5%, enquanto os que foram reonerados cresceram apenas 6,8% no período", diz a nota. A desoneração substitui a contribuição previdenciária de 20% sobre os salários por uma alíquota sobre a receita bruta da empresa que varia de 1% a 4,5%.

Os parlamentares criticaram o fato de o governo

informar que enviaria uma outra proposta sobre o tema, mas não dar detalhes da medida antes de o Congresso analisar o veto. "Qual é o nosso problema agora? O governo avisa que vai ter uma nova proposta, só que o governo sinaliza que ele quer a votação, a manutenção do veto, para depois ele mostrar a proposta. Nós não podemos aceitar isso, nós temos que inverter isso", afirmou o deputado Joaquim Passarinho, presidente da Frente Parlamentar de Empreendedorismo (FPE).

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/29/11/2023/p1>

Frentes lançam manifesto pela derrubada do veto à desoneração

BRASÍLIA Agência Estado

Treze frentes parlamentares se uniram em um manifesto para defender a derrubada do veto integral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia (veja lista abaixo). O documento é endereçado aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

No texto, obtido pelo Estadão, as lideranças afirmam que "a derrubada do veto é o caminho mais acertado para dar segurança e garantir os empregos que serão impactados".

Os parlamentares afirmam que estão cientes de que o governo fará uma proposta alternativa, para substituir a desoneração, mas alegam que não há tempo hábil para discutir a nova medida até 31 de dezembro, quando se encerra o benefício.

"Se o governo tem uma proposta melhor, estamos abertos a discutir, mas não podemos correr o risco de que isso não se concretize até o fim deste ano", afirma o presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), deputado Joaquim Passarinho (PL-PA).

Além da FPE, também assinam o documento as frentes do Comércio e Serviços (FCS); da Agropecuária (FPA); do Livre Mercado (FPLM); da Mulher Empreendedora (FME); da Mineração Sustentável (FPMIn); da Indústria (FPMI); do Material de Construção (FMC); de Máquinas e Equipamentos (FPMaq); em Defesa do Setor Coureiro e Calçadista; do Biodiesel (FPBio); pelo Brasil Competitivo; e em Defesa da Desoneração da Folha de Pagamento.

Segundo o senador Efraim Filho (União-PB), autor do projeto da desoneração, as frentes já têm os votos necessários para derrubar o veto - inclusive de parlamentares da base do governo - e o maior desafio, agora, é conseguir pautar a votação. "Há vetos que estão na frente e outras sessões do Congresso deixaram de acontecer por falta de acordo", afirmou o líder do União no Senado.

A expectativa, segundo o senador, é de que o assunto seja apreciado no próximo dia 15, quando Lira, Pacheco e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad,

já terão retornado da COP-28, a Conferência das Nações Unidas sobre o Clima, que será realizada em Dubai.

"Acreditamos que seja uma boa data para realizarmos a engenharia política e garantirmos presença maciça e quórum cheio, além de não contaminar a votação do Orçamento", disse Efraim. Para a derrubada do veto, as frentes terão de garantir maioria absoluta dos votos de deputados (257) e senadores (41).

"Compreendemos a necessidade de equilíbrio fiscal, embora discordemos que a desoneração seja uma simples perda de arrecadação para a União. É preciso considerar que a manutenção de empregos e o estímulo à atividade econômica também geram receitas, por meio do consumo e do recolhimento de outros **impostos**", afirmam os parlamentares no manifesto.

Em entrevista ao Estadão na semana passada, o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), afirmou que a responsabilidade fiscal é uma via de mão dupla, em um claro recado ao Congresso. Os presidentes das frentes parlamentares, no entanto, rebateram a crítica.

"Não é a desoneração que vai gerar a dificuldade (fiscal). O governo teve dez meses para discutir o assunto com o Congresso e se omitiu. E cadê a responsabilidade (fiscal) quando pediram a PEC da Transição e nós autorizamos? Foram R\$ 180 bilhões", rebateu Efraim.

O presidente da FCS na Câmara, deputado Domingos Sávio (PL-MG), alega que a renovação da desoneração dos 17 setores não é criação de despesa e que, portanto, não haveria inconstitucionalidade - que foi a justificativa do governo para o veto à proposta.

"A decisão de derrubar já está tomada", disse Na avaliação dos parlamentares, o governo acabou dando um tiro no pé, já que poderia ter feito um veto apenas parcial ao texto - retirando o benefício previdenciário aos municípios e a inclusão de novos setores na desoneração da folha. Com o veto integral, o governo agora corre o risco de ver todo o projeto implementado, com impacto fiscal de cerca de R\$ 20 bilhões por ano em perda de arrecadação.

"A sanção poderia ter sido parcial e aí se discutiria a parte complementar, mas não houve esse encaminhamento. Foi um erro estratégico do governo", afirma Efraim.

Site: <http://www.oliberaldigital.com.br/>

Aliados de Lira cobram empenho de emendas para aprovar medidas econômicas do governo Lula

Por Valdo Cruz, Nilson Klava, Guilherme Balza

Segundo esses aliados, o empenho vai garantir a aprovação das medidas da agenda econômica do governo nesta reta de final de ano, o que inclui a **reforma tributária** e a medida provisória 1185.

A equipe de Lula diz que não há atraso na liberação das emendas parlamentares, mas reconhece que uma parte delas ainda não foi empenhada, e que os deputados estão cobrando que todas sejam empenhadas até o dia 10 de dezembro.

A pressa dos parlamentares nesta reta de final de ano é para que se evite terminar 2023 com emendas pendentes e, com isso, garantir que elas sejam pagas logo no início de 2024.

Além da liberação das emendas, os parlamentares do grupo de Lira cobram também a definição sobre a nomeação para cargos na Caixa Econômica Federal.

A expectativa é que os partidos do Centrão sejam contemplados nesta divisão pelo novo presidente do banco, Carlos Vieira Fernandes, indicado por Arthur Lira.

Nesta terça-feira (28), assessores de Lula compareceram ao Congresso Nacional para fazer essas negociações, principalmente da medida provisória 1185, que busca acabar com o mecanismo que autoriza o abatimento no cálculo de **impostos** federais das subvenções concedidas pelos estados para atrair empresas.

Líderes na Câmara já mandaram um recado para o Ministério da Fazenda. O governo terá de ceder se quiser aprovar a MP 1185. Principalmente em relação às dívidas de subvenções estaduais do passado.

O governo Lula já topou dar um desconto de 65% para esse estoque do passado, mas líderes dizem que a Fazenda precisa subir esse perdão para, pelo menos, 80% .

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, considera fundamental aprovar a MP 1185 para zerar o déficit

público no ano que vem.

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2023/11/29/aliados-de-lira-cobram-empenho-de-emendas-para-aprovar-medidas-economicas-do-governo-lula.ghtml>

Fazenda deve fazer concessões para aprovar MP das subvenções

Jéssica Sant'Ana, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

O Ministério da Fazenda encaminhou à cúpula da Câmara dos Deputados uma minuta da nova versão da Medida Provisória (MP) 1.185, que muda as regras de tributação dos incentivos fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O texto, ao qual o Valor teve acesso, traz uma série de concessões para destravar a tramitação da proposta, uma das principais dentro da agenda do governo para zerar o déficit primário no ano que vem.

A comissão mista que vai tratar da MP das subvenções será instalada nesta quinta-feira no Congresso. O relator será o deputado federal Luiz Fernando Faria (PSD-MG). Já o presidente será o senador Rogério Carvalho (PT-SE). A ideia da Fazenda, segundo uma fonte, é que Faria apresente seu relatório a partir das alterações propostas pela Fazenda.

O texto original da MP foi protocolado pelo governo no fim de agosto, mas estava parado por falta de apoio ao mérito. A discussão será destravada somente agora, após a Fazenda ter acatado parte dos pleitos dos parlamentares e do setor empresarial, explicou uma fonte da equipe econômica.

Em reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), líderes partidários demonstraram maior abertura para se debruçar sobre o tema e aguardam uma nova conversa com integrantes da equipe econômica para que dúvidas sejam esclarecidas.

Esse novo encontro seria importante, de acordo com fontes consultadas, para que fique claro que os ajustes solicitados pelos líderes partidários ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no início de novembro foram contemplados pelo novo texto. Como ainda é uma minuta, a proposta pode passar por novas modificações.

A leitura é que, se as dúvidas forem sanadas, até mesmo parlamentares do Norte e do Nordeste, que resistiam a alguns pontos da matéria, podem apoiar o avanço da proposta.

Uma das principais alterações na nova versão do texto apresentada pela Fazenda é a transação do estoque de créditos que foram abatidos irregularmente pelas

empresas. A Fazenda concorda em permitir a autorregularização dessa dívida, com desconto de até 65%. Nesse caso, as parcelas do saldo remanescente devem ser quitadas em 12 vezes. Outra opção é pagar 5% do total devido em cinco parcelas, e os 95% restantes quitar com 50% de desconto em 60 meses, ou 35% de desconto em 84 meses.

Conforme mostrou o Valor na semana passada, a autorregularização do estoque é o capítulo mais importante para destravar a votação da MP. Isso porque parte das empresas alega que sequer há dívida, outra parte defendia que a MP valesse somente para frente, deixando o estoque sem tributação.

A Fazenda também concordou em retirar do texto a previsão de que o crédito fiscal de subvenção para investimento poderá ser apurado somente em relação aos pedidos de habilitação protocolados até dezembro de 2028.

Ainda na apuração dos futuros créditos fiscais, deverá ser excluída do texto a necessidade de a empresa comprovar a conclusão da implantação ou expansão do empreendimento econômico, um dos requisitos que estava na MP original.

Outra mudança que a Fazenda concordou em fazer é incluir na apuração do crédito fiscal despesas relacionadas à locação ou arrendamento de bens de capital, o que não estava previsto inicialmente.

As empresas também não vão depender do aval da Receita para enquadrar o investimento que fizerem dentro da regra que dará o crédito fiscal para abatimento dos **tributos** federais. Bastará que haja um ato de subvenção editado pelo Estado, estabelecendo expressamente as contrapartidas relacionadas a benefício fiscal concedido.

Já os pedidos de ressarcimento e a declaração de compensação relativos ao crédito fiscal poderão ser feitos imediatamente após o reconhecimento das receitas de subvenção. Antes, o governo propunha somente a partir do ano-calendário seguinte ao reconhecimento e desde que demonstrado o "direito creditório". (Colaborou Julia Lindner)

Texto original enviado em agosto estava parado por

falta de apoio ao mérito

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187725>

Taxação de benefícios do ICMS será tratada por MP

Victoria Azevedo, Marianna Holanda

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), informou a líderes partidários ontem que os parlamentares vão analisar a proposta de subvenção do ICMS por meio de uma Medida Provisória (MP). Segundo relatos, o presidente da Câmara disse que consultou líderes sobre a proposta antes de definir o rito de tramitação. O próximo passo será a instalação de comissão mista (formada por deputados e senadores).

Com possibilidade de arrecadar R\$ 35 bilhões em receitas extras em 2024, a medida é uma das principais apostas da Fazenda para elevar a receita do próximo ano e se aproximar da meta de déficit zero do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A matéria tem potencial para tramitar de forma mais rápida por meio de MP e, por isso, tem a preferência da equipe econômica. A menos de um mês para o recesso parlamentar, a instalação de uma comissão mista poderia acelerar a discussão do texto antes da votação nos plenários da Câmara e do Senado.

A diferença de rito também tem impacto na arrecadação. Enquanto a MP tem vigência imediata, efeito que se mantém quando ela é convertida em lei, a cobrança por projeto de lei precisa respeitar a noventena e entra em vigor 90 dias após a sanção.

O relator da matéria na comissão mista será o deputado Luiz Fernando (PSD-MG). A expectativa de membros do Executivo é que o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), possa ocupar espaço de destaque na comissão, seja na condição de presidente do colegiado ou de relator revisor.

O governo Lula negocia com o Congresso uma proposta de transação tributária específica para empresas afetadas pela taxa de ICMS negociarem os valores não recolhidos no passado com até 65% de desconto.

A iniciativa é uma tentativa da equipe de Haddad de destravar o avanço da matéria, que busca eliminar brechas que hoje facilitam a retirada desses benefícios da base de cálculo dos **tributos** federais IRPJ e CSLL. Mas ainda não há um consenso sobre o mérito da

matéria.

Haddad já negocia propostas de desoneração com 17 setores

O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem que Fernando Haddad (Fazenda) já abriu negociação sobre a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores. Ele não deu detalhes sobre quais setores estão em diálogo com o titular da Fazenda nem em quais termos ou no que constitui a proposta.

"Haddad já abriu negociação com setores econômicos. Certamente, pode convidar membros do Parlamento para fazer esse diálogo de um jeito que a gente tenha uma proposta que seja constitucionalmente aceitável, validada", afirmou Padilha.

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou na íntegra a prorrogação da desoneração, numa vitória do ministro da Fazenda.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Desoneração: frentes parlamentares dizem ter maioria para derrubar veto

VICTORIA ABEL

As frentes parlamentares de empreendedorismo e de comércio e serviços afirmam já ter o número necessário devotos de deputados e senadores para a derrubada do veto à prorrogação da desoneração da folha de pagamento.

A desoneração da folha é voltada para os 17 setores que mais empregam no país e que são responsáveis por nove milhões de empregos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou a proposta na semana passada, e agora o Congresso pode derrubar ou manter esse veto.

Os parlamentares dessas frentes esperam que uma nova sessão do Congresso Nacional seja marcada na segunda semana de dezembro.

- Sendo pautado até o final do ano, temos número para derrubar o veto. Cerca de dez frentes parlamentares estão defendendo a derrubada. Parece que o dia 15 de dezembro seria a data ideal -afirmou o autor do projeto de prorrogação da desoneração da folha, Efraim Filho (União-PB).

O projeto recebeu 430 votos favoráveis na Câmara dos Deputados e teve votação simbólica no Senado, já que tinha apoio da Casa.

ASSINATURA DE MANIFESTO

Os parlamentares disseram estar abertos para ouvir a proposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre um novo projeto de lei relativo ao tema, mas ressaltaram que, primeiramente, será necessário derrubar o veto.

- Não podemos aceitar a manutenção do veto esperando por outra proposta. O governo não nos procurou, nem comentou sobre a nova proposta. Dificilmente uma proposta nova caminharia a tempo para ser válida em 19 de janeiro. Temos tempo e temos número para derrubar o veto - disse o presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, deputado federal Joaquim Passarinho (PL-PA).

A desoneração da folha substitui a contribuição previdenciária patronal de empresas que são intensivas em mão de obra, de 20%, por alíquotas de

1% a 4,5% sobre a receita bruta. Essa troca reduz custos com contratações para atividades como têxtil, calçados, construção civil, call center, comunicação, fabricação de veículos, tecnologia e transporte. Se o veto do presidente não for derrubado, a medida terminará no fim deste ano.

Um manifesto para a derrubada do veto foi assinado ontem à tarde por 11 frentes parlamentares, que reúnem deputados e senadores.

"Compreendemos a necessidade de equilíbrio fiscal, embora discordemos de que a desoneração seja uma simples perda de arrecadação para a União. É preciso considerar que a manutenção de empregos e o estímulo à atividade econômica também geram receitas, por meio do consumo e do recolhimento de outros **impostos**. É importante lembrar que esses setores empregam, atualmente, cerca de 9 milhões de trabalhadores", diz o texto.

O documento ressalta ainda esses setores empregam, atualmente, cerca de 9 milhões de trabalhadores. "Todavia, uma vez que não fora apresentada qualquer diretriz da medida, e considerando que o incentivo possui prazo de encerramento em dezembro, entendemos que a derrubada do veto é o caminho mais acertado para dar segurança e garantir os empregos que serão impactados com o veto", afirma.

RISCO DE DESEMPREGO

As centrais sindicais, como a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Força Sindical, se manifestaram a favor da derrubada do veto.

- Nós apoiamos a derrubada do veto. Tem muitos trabalhadores e trabalhadoras com risco de desemprego no fim do ano. O que o ministro Fernando Haddad prometeu ficou muito vago, não tem tempo hábil para implementar -disse o presidente da Força Sindical, Miguel Torres.

Para derrubar um veto presidencial, é necessária uma sessão conjunta de deputados e senadores, que precisa ser convocada pelo presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Brasil gera mais de 190 mil postos com carteira assinada em outubro

Em outubro, o Brasil gerou 190.366 postos de trabalho com carteira assinada. Com isso, acumula, ao longo do ano, um saldo positivo de 1.784.695 novas vagas em todas as unidades da Federação em quatro dos cinco grupamentos econômicos que constituem o levantamento. A exceção foi a Agricultura, que teve saldo negativo.

Os números constam do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado nesta terça-feira (28) pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O saldo positivo de outubro resulta das 1.941.281 admissões e dos 1.750.915 desligamentos registrados no mês. Segundo o MTE, a maioria dos empregos formais foram criados nos setores de Serviços (109.939) e de Comércio (49.647).

Com o resultado acumulado do ano, o estoque total recuperado para o Caged ficou em 44.229.120 postos de trabalho formais. "O maior crescimento do emprego formal em outubro ocorreu no setor de Serviços, com um saldo de 109.939 postos, com destaque para

Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, que teve saldo positivo de 65.128 empregos", informou por meio de nota o ministério.

Ainda segundo a pasta, a segunda maior geração foi observada no setor de Comércio, com 49.647 postos de trabalho gerados no mês, "principalmente no comércio varejista de mercadorias, com predominância de supermercados (saldo positivo de 6.307 postos) e hipermercados (1.925), além dos artigos de vestuário (5.026)", complementa o estudo.

O terceiro maior crescimento registrado foi na Indústria: saldo positivo de 20.954 novos postos com carteira assinada. O maior destaque ficou com o setor de fabricação de açúcar em bruto (1,5 mil) e fabricação de móveis, com saldo de 1.330. Já a Construção Civil teve saldo positivo de 11.480 empregos.

Saldo negativo

Único setor que registrou saldo negativo foi o da Agropecuária, com 1.656 empregos perdidos no mês.

"É um saldo pequeno, mas negativo, resultado da coleta de produtos como o café, entre outros", avaliou o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, em entrevista à imprensa. Segundo o MTE, esse resultado decorre da desmobilização do café (-2.850), do cultivo de alho (-1.677), cultivo de batata-inglesa (-1.233) e de cebola (-1.138) que superaram o aumento nas atividades de produção de sementes (4.088).

São Paulo foi o estado que obteve o maior saldo de empregos formais. A maior parte dos 69.442 mil novos postos está concentrada no setor de serviços, que obteve saldo positivo de 44.112 novos postos. No Rio de Janeiro, foram gerados 18.803 novas vagas, enquanto no Paraná, o saldo positivo ficou em 14.945 postos.

Acumulado de 2023

São Paulo é também o estado com maior número de novos postos de trabalho no acumulado do ano, com um total 502.193 novas contratações. Na sequência vem Minas Gerais, com 187.485 novos postos e Rio de Janeiro (141.981 vagas formais).

"O maior crescimento do emprego formal no acumulado do ano ocorreu no setor de Serviços, que gerou 976.511 postos de trabalho até outubro (54,4% do saldo), com destaque para as atividades de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (355.869), e para as atividades de administração pública, defesa, **seguridade social**, educação, saúde humana e serviços sociais (312.552)", detalhou o levantamento.

Na Construção Civil foram gerados 253.876 postos, com destaque para as obras de infraestrutura (86.099). A indústria apresenta, ao longo do ano, um saldo positivo de 251.11 novos postos, com destaque para a fabricação de produtos alimentícios (81.523).

O comércio gerou 193.526 novas vagas formais, com destaque para o setor de supermercados (17.491), minimercados (12.207) e produtos farmacêuticos (12.684); e a Agropecuária gerou 109.698 postos, tendo como destaques os cultivos de soja (15.870), cana-de-açúcar (15.475) e laranja (7.949).

Brasil gera 1,78 milhão de empregos no ano

O Brasil gerou 190.366 postos de trabalho com carteira assinada em outubro. Com isso, acumula, ao longo do ano, um saldo positivo de 1.784.695 novas vagas em todas as unidades da Federação. Os números estão no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O ministro da pasta, Luiz Marinho, disse que o que gera vagas é bom funcionamento, de forma sistêmica, da economia, motivada pelo aumento da demanda por produção. Ele fez a análise ao comentar o projeto de prorrogação da desoneração da folha de pagamento, vetado pelo presidente Lula.

"O que gera empregos não é salário menor deste ou daquele setor, nem é incentivo fiscal para este ou aquele setor", argumentou o ministro, que acredita ser contraditório se falar em desoneração no momento em que tramita no Congresso o texto da **reforma tributária**.

ESTADO. O saldo de outubro no RS foi de 10.766 vagas criadas, resultado de 115.882 admissões e 105.116 desligamentos. O destaque foi o comércio, com geração de 4.081 postos, e os serviços, com 3.950. O segmento agropecuário gerou 1.967 empregos e a construção, 900. Já a indústria fechou 132 postos.

No âmbito nacional, o saldo positivo de outubro resulta de 1.941.281 admissões e 1.750.915 desligamentos registrados no mês. A maioria dos empregos formais criados estava nos setores de serviços (109.939) e de comércio (49.647). Com o resultado acumulado do ano, o estoque total recuperado para o Caged ficou em 44.229.120 postos de trabalho formais. O terceiro maior crescimento ocorreu na indústria, que apresentou um saldo positivo de 20.954 novos postos com carteira assinada.

O único setor que registrou saldo negativo no país foi o da agropecuária, com 1.656 empregos perdidos no mês. "É um saldo pequeno, mas negativo, resultado da coleta de produtos como o café, entre outros", avaliou o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, em entrevista à imprensa.

Segundo o MTE, esse resultado decorre da desmobilização do café (-2.850), do cultivo de alho (-1.677), cultivo de batata inglesa (-1.233) e de cebola (-1.138) que superaram o aumento nas atividades de produção de sementes (4.088).

São Paulo foi o estado que obteve o maior saldo de empregos formais. A maior parte dos 69.442 mil novos postos está concentrada no setor de serviços, que obteve saldo positivo de 44.112 novos postos. No Rio de Janeiro foram gerados 18.803 novas vagas, enquanto no Paraná o saldo positivo ficou em 14.945 postos.

ACUMULADO. O maior crescimento do emprego formal no acumulado do ano ocorreu no setor de serviços, que gerou 976.511 postos de trabalho até outubro (54,4% do saldo), com destaque para as atividades de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (355.869), e para as atividades de administração pública, defesa, **seguridade social**, educação, saúde humana e serviços sociais (312.552).

Na Construção Civil foram gerados 253.876 postos, com destaque para as obras de infraestrutura (86.099). A indústria apresenta, ao longo do ano, um saldo positivo de 251.11 novos postos, com destaque para a fabricação de produtos alimentícios (81.523). O comércio gerou 193.526 novas vagas formais, com destaque para o setor de supermercados (17.491), e a agropecuária gerou 109.698 postos, com destaque para o cultivo de soja (15.870).

GRUPOS POPULACIONAIS. O Caged verificou em outubro saldo positivo tanto para mulheres (90.696 vagas geradas) quanto para homens (99.671). Do total de vagas geradas no mês, 110.240 foram para pessoas declaradas como pardas, 64.660 brancas, 22.300 declaradas pretas, 15.395 amarelas e 652 declaradas indígenas. Foram também criados 1.699 novos postos de trabalho para as pessoas com deficiência.

RIO GRANDE DO SUL

Admissões: 115.882

Desligamentos: 105.116

Comércio: 4.081

Serviços: 3.950

Agropecuária: 1.967

Construção: 900

Indústria: -132

Total: 10.766

Site:

**[https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo
/?numero=16251&edicao=10911](https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=16251&edicao=10911)**

País cria 190 mil vagas com carteira em outubro

RENAN MONTEIRO

A economia brasileira gerou 190.366 postos de trabalho com carteira assinada em outubro, um aumento de 18,76% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram criadas 160.291 vagas. Os dados constam no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho.

Na comparação com o ano passado, foi o primeiro mês que registrou alta desde março. No terceiro mês deste ano, o Brasil criou 194.171 vagas, enquanto no mesmo período de 2022 foram 98.989 vagas.

O número de outubro veio bem acima da expectativa de mercado. O estoque no mercado de trabalho, até outubro, ficou em 44,22 milhões de trabalhadores com carteira assinada.

PREVISÃO DE 2 MILHÕES

O desempenho observado ocorreu apesar do processo de desaceleração da economia. O índice de Atividade Econômica (IBC-Br), divulgado pelo Banco Central e considerado um termômetro do **PIB**, registrou duas quedas seguidas nos meses de agosto e setembro, de 0,81% e 0,06%, respectivamente.

A expectativa do governo é terminar o ano com um saldo positivo de criação de empregos formais próximo de 2 milhões de vagas.

-Esperamos que novembro venha na mesma magnitude, agora está difícil calibrar o que vai acontecer em dezembro (quando tradicionalmente o saldo é negativo). Creio que, nessa ordem de variação, de 1,9 milhão a 2 milhões, a previsão está mantida - disse ontem o ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

Dos cinco grandes grupos da atividade econômica, quatro registraram saldo positivo em outubro: serviços, comércio, indústria e construção. Só agropecuária teve queda.

- Em 2023, esperava-se uma desaceleração, mas o setor de serviços surpreendeu. O segmento é muito relevante para a economia brasileira e vem contribuindo para esse resultado (até outubro) - disse

Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos.

O setor de serviços tradicionalmente concentra o maior número de vagas. Matheus Pizzani, economista da CM Capital, avalia que, entre os resultados do mês, destacam-se os segmentos relacionados à mão de obra terceirizada.

-Chama atenção também o desempenho positivo apresentado pelo segmento do comércio varejista. A sazonalidade positiva do fim de ano e os possíveis desdobramentos positivos em função da implementação do Desenrola (programa de renegociação de dívidas do governo) representam possíveis ganhos para o setor, seja em termos de resultado ou mercado de trabalho -analisa Pizzani.

O governo também informou que o salário médio dos novos contratados foi de R\$ 2.029,33 em outubro deste ano, o que representa uma redução de R\$ 5,18 em relação a agosto (R\$ 2.034,51). Na comparação com outubro de 2022, no entanto, houve alta de R\$ 16,34. Os números são corrigidos pela **inflação**.

- O salário médio de admissão, que ficou estável no mês, é uma tendência que segue neste segundo semestre. Apesar da geração de empregos positiva, não vemos pressão inflacionária adicional nos salários, o que é uma boa notícia para o processo de redução dos juros pelo Banco Central - avalia Rafaela Vitória, economista-chefe do Inter.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Trabalho com carteira surpreende e volta a acelerar

Marcelo Osakabe e Jéssica San"tana

O mercado de trabalho formal surpreendeu em outubro ao encerrar uma sequência de cinco meses de desaceleração do número de novas contratações. Economistas notam que o número foi impulsionado pelas contratações temporárias de fim de ano. Ainda assim, houve disseminação da criação de vagas entre setores.

Em outubro houve abertura líquida de 190,4 mil vagas com carteira assinada, segundo o Caged. O resultado veio acima do teto das projeções colhidas pelo Valor Data, que variavam entre 100 mil a 175 mil, com mediana em 135 mil.

Entre setores, apenas agropecuária fechou postos de trabalho (1.656). Já serviços (109.939), comércio (49.647); indústria geral (20.954); e construção (11.480) tiveram saldo positivo.

Em nota, a XP investimentos ressalta que o ritmo de criação de vagas mensal acelerou de 90 mil para 140 mil. Já na média móvel de três meses, ela passou de 102 mil para 112 mil.

Os números "reforçam a avaliação de solidez do mercado de trabalho, ainda que com desaceleração em outros indicadores de emprego, especialmente nos agrupamentos com carteira assinada", diz Rodolfo Margato.

"A solidez do mercado de trabalho - apesar do arrefecimento recente em alguns indicadores - é um dos principais fatores que sustentam nossa previsão para o **PIB** do próximo ano." A XP espera expansão de 1,5% do **PIB** no ano que vem, ante expectativa de alta de 2,8% em 2023.

Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, chama atenção para a contratação de mão de obra temporária - cerca de 18 mil apenas sob o agrupamento "locação de mão de obra temporária", uma subclasse ainda pouco definida, segundo ele.

Esta não foi a única surpresa. Os serviços continuam a ter contribuição do retorno do esquema de trabalho presencial. Na construção civil, que tem se sustentado pela demanda das obras públicas, houve criação de 11,5 mil vagas

em outubro, 6,2 mil a mais que em igual mês de 2022. Já a indústria gerou perto de 21 mil vagas, 7 mil mais que em outubro de 2022.

"Os dados desagregados mostram alta de algumas categorias, como abate, processamento de laticínios e açúcar. Ou seja, a indústria tem se beneficiado deste ano melhor para agropecuária, com safra e abate maiores" comenta. Após o dado, a LCA revisou de 1,50 milhão para 1,55 milhão a projeção para o saldo de vagas com carteira em 2023.

Já o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, reafirmou que o ano de 2023 deve encerrar com entre 1,9 milhão e 2 milhões de vagas abertas. "Espero que a criação de vagas em novembro venha da mesma magnitude de outubro. Dezembro ainda está difícil de calibrar", comentou em entrevista coletiva.

Apesar de o mercado de trabalho continuar aquecido, o plano de voo do Banco Central de continuar com cortes da Selic não deve ser alterado, avalia o economista da CM Capital Matheus Pizzani.

"Tal hipótese se ampara na própria argumentação do BC, que fez questão de ressaltar que o comportamento recente do mercado de trabalho não deve ser interpretado como uma possível fonte de pressão inflacionária", argumenta. "Especialmente no caso dos ganhos salariais reais apresentados pelos trabalhadores, que ainda são vistos como uma forma de compensação pelo período de perdas enfrentado pelos agentes durante a fase mais aguda de alta da **inflação**".

Pizzani lembrou que o IPCA-15, também divulgado ontem, reforçou a percepção do momento benigno da **inflação**, com boa abertura dos preços ligados a serviços e surpresas altistas concentradas em fatores sazonais.

"A indústria tem se beneficiado deste ano melhor para agropecuária" Bruno Imaizumi

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187725>

Investir o 13º salário é alternativa certa para se obter bons lucros

Isabela Lopes Repórter

Com o pagamento da primeira parcela do 13º salário, que deve ser feito até está quinta-feira (30), muitos brasileiros já planejam o que irão fazer com esse valor extra. Enquanto alguns trabalhadores pretendem pagar as contas, outros estão pensando em investir. Mas, qual a forma correta de guardar esse dinheiro? Você tem conhecimento sobre investimentos ou este será seu primeiro contato?

Para quem não sabe como investir, mas deseja guardar o dinheiro que recebeu no 13º salário, o economista Francisco Sousa deu algumas orientações. A primeira delas é identificar seu perfil e buscar aquele que se adapta melhor à sua realidade.

"A pessoa precisa saber seu perfil, se é conservadora, se quer algo mais seguro ou tem um perfil mais arrojado e está propenso a correr riscos. Tem rendimentos que você tem rentabilidade diária, outros são mensais, enquanto alguns não precisa cumprir prazo de carência para resgatar o valor, mas tem também as aplicações que exigem que seja cumprida carência", explica.

Se a pessoa tem um perfil mais conversador, ou seja, que gosta de mais segurança ao aplicar seu dinheiro, uma opção é aplicar a renda que receber na poupança ou no tesouro direto. O economista orienta ainda que seja considerado também o valor a ser aplicado, bem como o prazo que pretende deixá-lo guardado e a finalidade.

"É importante que a pessoa tenha bem definido o porquê de estar guardando esse dinheiro, se é para comprar uma casa, um carro ou apenas tem uma reserva financeira, seja para eventualidades ou planejamento a longo prazo. Existe uma gama de investimentos e ações, como LCA e LCI, cada uma com sua rentabilidade, prazos de carência e resgate, como taxas de administração e de dedução de imposto de renda" ressalta.

INVESTIR PARA REALIZAR SONHOS

O jornalista André dos Santos é uma daquelas pessoas está sempre em busca de alternativas para investir e fazer o dinheiro render. Ele conta que recebeu a primeira parcela do 13º salário e já investiu

cerca de 90% do valor: "Apliquei em um investimento que considero seguro - no caso o CDB - e que rende mais que a Poupança. Tenho uma solidez e controle financeiro, com contas em dia. E isso me dá a liberdade de aplicar esse dinheiro. Investimento financeiro foi algo que comecei a fazer em 2020, na Pandemia, e não me arrependo", pontua.

Ter organização financeira fez com que André superasse alguns contratemplos sem grandes problemas e, futuramente, possa alcançar alguns objetivos. "De lá para cá, nunca passei por apertados financeiros. Tenho minha reserva de emergência e um valor a mais que planejo usar para sonhos pessoais. Um deles é um intercâmbio em 2024. Como trabalho em duas empresas, receberei dois 13º salários, e todos serão aplicados para investimentos, além de parte dos meus salários", contou o jornalista.

O economista Francisco Sousa cita que os bancos digitais oferecem opções de investimentos em seus próprios aplicativos e reforça que o investimento é a melhor maneira de fazer o dinheiro render. "A vantagem de investir é porque o dinheiro estará tendo rendimento e não está parado. Conforme a modalidade e rentabilidade, essa pessoa começa a perceber os ganhos que vão sendo acrescidos ao valor inicialmente investido", complementa o economista.

O QUE FAZER SE A EMPRESA NÃO PAGAR A PRIMEIRA PARCELA DO 13º SALÁRIO?

Não adianta as empresas reclamarem das finanças, da falta de caixa, nem usar crises como desculpa, todos os empregados celetistas devem receber, no máximo, até 30 de novembro, a primeira parcela do 13º salário.

A empresa que não agir de acordo com o prazo, previsto na legislação, pagando a gratificação em atraso ou não efetuando o pagamento, será penalizada com uma multa administrativa no valor de R\$ 170,16 por empregado contratado.

"O 13º salário é uma obrigação para todas as empresas que possuem empregados, e o seu não pagamento é considerado uma infração (Lei 4.090/62), podendo resultar em pesadas multas para a empresa no caso de autuada por um fiscal do Trabalho. Para se

ter ideia, o valor é de 160 UFIRs (R\$170,25) por empregado, e esse é dobrado em caso de reincidência", diz o contador Richard Domingos, diretor executivo de uma empresa de contabilidade.

Ele lembra que a multa é administrativa em favor do Ministério do Trabalho e que, além dessa, dependendo da Convenção Coletiva da categoria, pode existir cláusula expressa retratando a correção do valor pago em atraso ao empregado.

CASO NÃO PAGUEM O 13º SALÁRIO A dúvida que fica em muitos casos é: e se o trabalhador não receber o valor até as datas finais? Richard Domingos explica procedimentos que devem ser tomados "O primeiro passo é ter certeza que não recebeu esse valor anteriormente, muitas empresas antecipam os valores da primeira parcela ou da segunda e nesse caso não justifica uma reclamação", alerta.

"Caso não tenha recebido antecipadamente e não recebeu até o dia 30 de novembro, o trabalhador deve procurar o setor de recursos humanos ou financeiro da empresa, notificando o problema. Caso esses setores não resolvam o que pode ser feito é uma denúncia do empregador ao Ministério do Trabalho ou ao sindicato de sua categoria, em caso de sindicalização. Por fim, se mesmo assim isso não for resolvido, a última medida é entrar com ação individual ou coletiva na Justiça do Trabalho cobrando a dívida", detalha.

CÁLCULO Em relação ao cálculo do 13º salário, para saber qual o valor pagar, o cálculo deve dividir o salário do empregado por 12 e multiplicar pelo número de meses trabalhados, levando em conta o período de janeiro a dezembro do ano vigente. Caso tenha trabalhado o ano inteiro na empresa, o valor do 13º integral deverá ser igual à remuneração mensal do mês de dezembro. Se houver mudança de remuneração durante o ano, o cálculo deve ser feito com base no salário de dezembro.

Geralmente, a primeira parcela corresponde a, no mínimo, 50% do valor do benefício. Já a segunda parcela tem que ser depositada até o dia 10 de dezembro. Embora não exista previsão legal, o empregador poderá efetuar o pagamento do 13º salário em parcela única, desde que seja até o dia 30 de novembro. Ponto relevante é que incidem sobre o 13º salário o Imposto de Renda e o desconto do **INSS** na segunda parcela.

(Redação do Portal O DIA)

Site: <https://odia.presslab.com.br/>

Primeira parcela do décimo terceiro deve ser paga até esta quinta

Publicado em 29/11/2023 - 07:30 Por
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Um dos principais benefícios trabalhistas do país, o décimo terceiro salário tem a primeira parcela paga até esta quinta-feira (30). A partir de 1º de dezembro, o empregado com carteira assinada começará a receber a segunda parcela, que deve ser paga até 20 de dezembro.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário extra injetará R\$ 291 bilhões na economia neste ano. Em média, cada trabalhador deverá receber R\$ 3.057.

Essas datas valem apenas para os trabalhadores na ativa. Como nos últimos anos, o décimo terceiro dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) foi antecipado. A primeira parcela foi paga entre 25 de maio e 8 de junho. A segunda foi depositada de 26 de junho a 7 de julho.

Quem tem direito

Segundo a Lei 4.090/1962, que criou a gratificação natalina, têm direito ao décimo terceiro aposentados, pensionistas e quem trabalhou com carteira assinada por pelo menos 15 dias. Dessa forma, o mês em que o empregado tiver trabalhado 15 dias ou mais será contado como mês inteiro, com pagamento integral da gratificação correspondente àquele mês.

Trabalhadores em licença maternidade e afastados por doença ou por acidente também recebem o benefício. No caso de demissão sem justa causa, o décimo terceiro deve ser calculado proporcionalmente ao período trabalhado e pago junto com a rescisão. No entanto, o trabalhador perde o benefício se for dispensado com justa causa.

Cálculo proporcional

O décimo terceiro salário só será pago integralmente a quem trabalha há pelo menos 1 ano na mesma empresa. Quem trabalhou menos tempo receberá proporcionalmente. O cálculo é feito da seguinte forma: a cada mês em que trabalha pelo menos 15 dias, o empregado tem direito a 1/12 (um doze avos) do salário total de dezembro. Dessa forma, o cálculo do décimo terceiro considera como um mês inteiro o

prazo de 15 dias trabalhados.

A regra que beneficia o trabalhador o prejudica no caso de excesso de faltas sem justificativa. O mês inteiro será descontado do décimo terceiro se o empregado deixar de trabalhar mais de 15 dias no mês e não justificar a ausência.

Tributação

O trabalhador deve estar atento quanto à tributação do décimo terceiro. Sobre o décimo terceiro, incide tributação de Imposto de Renda, **INSS** e, no caso do patrão, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. No entanto, os **tributos** só são cobrados no pagamento da segunda parcela.

A primeira metade do salário é paga integralmente, sem descontos. A tributação do décimo terceiro é informada num campo especial na declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Física.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-11/primeira-parcela-do-decimo-terceiro-deve-ser-paga-ate-hoje>

Primeira parcela do 13º deve ser paga até esta quinta; veja quem recebe

Cristiane Gercina

A primeira parcela do 13º salário a trabalhadores contratados pelo regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e **servidores públicos** deve ser paga até esta quinta-feira (30).

A regra estabelece que a gratificação natalina seja liberada entre os meses de fevereiro e novembro. O valor, que corresponde à metade do salário mais os adicionais que houver, também pode ser pago nas férias ou no aniversário do trabalhador, como ocorre com servidores.

Nesta parcela, não há descontos. Aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) também têm direito ao 13º, mas receberam de forma adiantada as duas cotas neste ano, como tem ocorrido desde 2020.

Para quem já estava na empresa ou foi contratado até o dia 17 de janeiro, o valor da primeira parcela do 13º é exatamente igual à metade do salário. No entanto, se houve pagamento de hora extra, adicional noturno ou comissões de forma frequente, a parcela poderá ser maior.

Já para o profissional contratado a partir de 18 de janeiro, o 13º será proporcional aos meses trabalhados. No caso de quem tiver, no mínimo, 15 dias de trabalho no mês, deve ser considerada a parcela cheia para calcular o benefício.

O valor do benefício leva em conta o salário-base mais uma média anual de horas extras, adicionais noturno, de insalubridade, periculosidade e outros, e comissões. Para salários variáveis, como de vendedores, por exemplo, somam-se as remunerações e divide-as pelo número de meses até o pagamento.

A base para pagar a primeira parcela é o mês anterior ao depósito do 13º. Por exemplo, se o trabalhador vai receber a primeira parcela em 30 de novembro, o salário de cálculo é o de outubro.

O 13º é pago a todos o que trabalham com carteira assinada e a **servidores públicos**, aposentados, pensionistas do **INSS** e de regimes próprios e cidadãos que recebem auxílios previdenciários.

O benefício foi criado pela lei 4.090, de 1962, e consta como uma garantia dos trabalhadores na Constituição Federal, que determina o pagamento do benefício com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

A gratificação faz parte de cláusula pétrea que não pode ser alterada por lei ordinária, apenas por emenda constitucional.

Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), neste ano, o 13º vai injetar R\$ 291 bilhões na economia, representando, 2,7% do **PIB** (Produto Interno Bruto) do país.

Os dados levam em conta trabalhadores do mercado formal, incluindo os empregados domésticos, beneficiários da **Previdência Social** e aposentados e beneficiários de pensão da União e dos estados e municípios.

Cerca de 87,7 milhões de brasileiros serão beneficiados com rendimento adicional, em média, de R\$ 3.057. Ficam de fora da conta autônomos, assalariados sem carteira ou trabalhadores com outras formas de inserção no mercado de trabalho que, eventualmente, recebem algum tipo de abono de fim de ano.

Do total de beneficiados, 53,8 milhões, ou 69,2%, são trabalhadores do mercado formal, entre eles, os empregados domésticos com carteira de trabalho assinada, que somam 1,5 milhão, equivalendo a 1,7%.

Aposentados ou pensionistas da **Previdência Social** correspondem a 32,8 milhões, ou 37,5% do total, além de 1 milhão de pessoas (ou 1,2% do total) aposentados e beneficiários de pensão da União.

A primeira parcela pode ser paga nas férias, desde que o empregado tenha optado pelo adiantamento até janeiro do ano de pagamento.

O 13º salário pode ser pago quando o contrato de trabalho é extinto, em caso de demissão a pedido ou por dispensa e contratação por prazo determinado, mesmo antes de dezembro. Nestas situações, o valor liberado é proporcional aos meses de trabalho.

Quem é demitido por justa causa não recebe e o trabalhador com mais de 15 faltas não justificadas no mês poderá ter descontado de seu 13º salário a fração relativa ao mês.

Se a data de pagamento cair em domingo ou feriado, o empregador deve antecipar os valores. Se não fizer isso, poderá ser multado.

A multa para quem deixa de pagar o 13º é de R\$ 693,26 por trabalhador neste ano. A regra está na lei 7.855, de 24 de outubro de 1989. É estabelecida em 160 BTNs, que deixaram de valer. Com isso, vale a Ufir de cada ano.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/primeira-parcela-do-13o-deve-ser-paga-ate-esta-quinta-veja-quem-recebe.shtml>

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 9

Publicado em 29/11/2023 - 07:15
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta quarta-feira (29) a parcela de novembro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 9. Pelo segundo mês seguido, o benefício tem um adicional para mães de bebês de até seis meses de idade.

Chamado de Benefício Variável Familiar Nutriz, o adicional corresponde a seis parcelas de R\$ 50 para garantir a alimentação da criança. Com o novo acréscimo, que destina R\$ 16,8 milhões a 349 mil mães neste mês, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome informa que está concluída a implementação do novo Bolsa Família.

Além do novo adicional, o Bolsa Família paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 677,88. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 21,18 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,26 bilhões.

De 11 a 15 de outubro, ocorreu a segunda etapa da qualificação automática de dados do Cadastro Único, que integra os dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 571,34 mil famílias foram excluídas do programa em novembro por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 260 mil famílias passaram a fazer parte do programa em novembro. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda,

mas não recebem o benefício. Desde março, 2,66 milhões de famílias passaram a fazer parte do Bolsa Família.

Regra de proteção

Cerca de 2,54 milhões de famílias estão na regra de proteção em novembro. Em vigor desde junho, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 372,52.

Reestruturação

Desde o início do ano, o programa social voltou a chamar-se Bolsa Família. O valor mínimo de R\$ 600 foi garantido após a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, que permitiu o gasto de até R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos neste ano, dos quais R\$ 70 bilhões estão destinados a custear o benefício.

O pagamento do adicional de R\$ 150 começou em março, após o governo fazer um pente-fino no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), para eliminar fraudes.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em dezembro.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como

mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-11/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-9>

Bolsa Família de 8,3 milhões é bloqueado neste ano devido a irregularidades no cadastro

Economia

/ Do R7

Entre março e novembro deste ano, mais de 8,32 milhões de cadastros irregulares do PBF (Programa Bolsa Família) foram bloqueados pelo governo federal, a maioria por causa de inconsistência de dados de renda e composição familiar. No mesmo período, o MDS (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome) incluiu 2,66 milhões de novos beneficiários no programa.

A inclusão de novas famílias foi realizada por meio da busca ativa de pessoas em situação de vulnerabilidade, que tinham direito de receber o benefício, mas ainda estavam fora do programa. Esses ajustes foram possíveis graças ao aumento da fiscalização dos dados do CadÚnico (Cadastro Único) pelo ministério, por meio de um processo de correção e qualificação dos registros das famílias inscritas.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

A habilitação de beneficiários para o Bolsa Família e para cerca de outros 30 programas sociais depende da qualificação dos dados cadastrais no sistema, que identifica as pessoas elegíveis. Para que os benefícios fossem destinados a famílias que realmente têm direito, em fevereiro deste ano, o MDS firmou um acordo para a reestruturação e o fortalecimento do CadÚnico com a DPU (Defensoria Pública da União) e a AGU (Advocacia-Geral da União).

As ações de Qualificação Cadastral, criadas para garantir a eficiência no repasse dos recursos públicos, tiveram início em março, com diferentes processos de

revisão. Entre eles, a Averiguação Cadastral Unipessoal, Averiguação Cadastral de Renda e a Revisão Cadastral tiveram o objetivo de verificar se a habilitação das famílias estava correta, ação que será concluída em dezembro.

Ainda em março, o ministério lançou o Procad-Suas (Programa Emergencial de Atendimento do Cadastro Único, no Sistema Único de Assistência Social), que visava aprimorar o atendimento dos beneficiários dos programas sociais, atualizar o CadÚnico e realizar busca ativa das famílias, sem interromper o funcionamento do Suas (Sistema Único de Assistência Social).

Até o fim deste ano, o governo terá transferido mais de R\$ 3,5 bilhões a estados e municípios, para o processo de atualização do CadÚnico, o que também incluiu a retomada da capacitação de operadores do sistema e a formação de instrutores de formulários.

No fim do ano passado, ainda na transição para o atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi feito um diagnóstico da situação do Cadastro Único e dos programas sociais. Os resultados indicaram divergências de renda e de composição familiar, além da falta de atualização e inconsistência de informações registradas no banco de dados.

A CGU (Controladoria-Geral da União) também encontrou irregularidades na gestão do programa Auxílio Brasil, criado no governo anterior. Foram identificadas falhas de controle no processo de acompanhamento mensal contínuo do programa, que levaram ao pagamento indevido de R\$ 3,89 bilhões. A principal inconsistência encontrada foi no número de famílias unipessoais cadastradas no CadÚnico, que teve um grande aumento em 2022.

Além das ações de Qualificação Cadastral, o MDS realizou a integração de dados do CadÚnico e do CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), o que permite a correção automática das informações sobre a renda das famílias.

O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de

emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

A segunda etapa da qualificação automática de dados, realizada entre os dias 11 e 15 de outubro, atualizou ou corrigiu a renda de cerca de 14 milhões de famílias , com repercussões na folha de pagamento do Bolsa Família em novembro. Na primeira etapa, realizada em junho, já tinham sido atualizadas informações de mais de 18,48 milhões de pessoas, em mais de 15,32 milhões de famílias.

Em outubro, por meio do decreto 11.762/2023, o presidente da República regulamentou a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) , criada pelo artigo 13 da lei nº 14.601/23.

Formada pelo MDS, pela CGU, pela AGU, pelo MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos) e pela Secretaria-Geral da Presidência da República, a Rede é uma instância de governança de todo o Executivo Federal. Ela foi criada para melhorar a qualidade das informações, a fiscalização do CadÚnico e a gestão do Bolsa Família, além de prevenir fraudes.

Site: <http://noticias.r7.com/economia/bolsa-familia-bloqueado-neste-ano-por-irregularidade-29112023>

Vitória do governo na luta por arrecadação

Edla Lula

"Atravessamos um rio Amazonas para chegar até aqui", disse ontem, ao Correio, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), ao descrever a dificuldade nas negociações para fazer emplacar a medida provisória das subvenções do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Considerada uma das matérias mais importantes para que o governo consiga ampliar a arrecadação de **impostos** em 2024, a MP 1.185/2023 chegou ao Congresso em agosto, sob forte resistência, e somente hoje terá a sua comissão instalada.

Com a MP, que deve ampliar a arrecadação em R\$ 35 bilhões, o Executivo começa a destravar a pauta econômica para que seja possível discutir o Orçamento de 2024.

"Tudo o que tinha de ser negociado (sobre a MP) nós negociamos, e vamos para a comissão com a certeza de que vamos aprovar a matéria da melhor maneira para todos", comentou Randolfe. Ante a intensa negociação, ele acredita que a votação pode ocorrer ainda este mês.

O senador destacou que o governo aceitou incorporar sugestões apresentadas pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo, para facilitar a tramitação da matéria. Entre esses pontos, está o conceito mais específico de termos como "investimento" e "custeio", uma vez que a MP permite que se mantenha o crédito tributário somente referente a subvenções para investimento, tirando o benefício no caso das subvenções usadas para custeio.

A instalação da comissão foi acertada em café da manhã oferecido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a líderes da base aliada, na residência oficial.

Ficou acertado o nome do deputado Luiz Fernando Faria (PSD-MG) como relator da MP.

O presidente da comissão será designado hoje. Um dos nomes cotados para ocupar a função é o do próprio líder do governo.

Mas, segundo Randolfe, "algumas negociações ainda precisam ser concluídas para se definir o presidente".

Offshores

Além da instalação da comissão especial, o governo deve contar com outra vitória hoje, com a aprovação, no plenário do Senado, de dois projetos de lei que, juntos, somam cerca de R\$ 25 bilhões, segundo Randolfe.

Um deles é o projeto que taxa os fundos dos bilionários - os exclusivos e aqueles feitos no exterior, chamados de offshore. O outro é o projeto de lei que regulamenta as apostas on-line.

Até mesmo a oposição já reconhece que esses dois PLs serão aprovados. Ontem, em conversa com o Correio, o líder da oposição, senador Rogério Marinho (PL-RN), não quis revelar seu voto. "Estou estudando", brincou, mas admitindo que a matéria será aprovada. "A oposição apoia esses projetos do governo que aumentam a arrecadação e podem ajudar na manutenção do equilíbrio fiscal", disse, em conversa com jornalistas.

"Na hora em que se trata da melhoria da condição fiscal do país, o governo e o Brasil vão contar conosco." Ele deixou claro, porém, que vislumbra um "desastre" em relação ao gasto público, com previsão, no relatório de avaliação de receitas e despesas do governo, de déficit de R\$ 177 bilhões este ano.

"Enquanto o governo fala sobre responsabilidade fiscal, a pauta que ele nos traz, via de regra, é de furar o casco fiscal do Brasil." Outra matéria cara ao Planalto, a proposta de emenda constitucional (PEC) que trata da **Reforma Tributária** seguia indefinida até o fechamento desta edição.

O tema foi tratado ontem, em reunião de líderes, mas, segundo fontes que acompanham as discussões, não foi fechado o calendário de tramitação.

Na Câmara, para onde a matéria voltou depois de muitas modificações feitas no Senado, há quem diga que ela não será votada este ano.

"Existem resistências, não apenas de setores da economia que foram desfavorecidos com as alterações feitas no Senado. E entre estados e municípios também há muita insatisfação", observou o deputado Pedro Lupion (PP -PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

O líder do governo no Congresso, no entanto, frisou

que "a **Reforma Tributária**, de todas as matérias em discussão, é a que está mais bem encaminhada".

Segundo Randolfe, a votação será concluída na semana entre 11 e 15 de dezembro.

A maior dificuldade diz respeito aos 35 vetos presidenciais que precisam ser discutidos em sessão do Congresso. Por isso, ainda não há uma definição de quando o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pretende agendar o debate.

"Tudo o que tinha de ser negociado (sobre a MP) nós negociamos, e vamos para a comissão com a certeza de que vamos aprovar a matéria da melhor maneira para todos" Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), líder do governo no Congresso

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/29/all.pdf>

Próximos passos da reforma tributária - LU AIKO OTTA

LU AIKO OTTA

Nos próximos dias, a **reforma tributária** voltará a se movimentar no Congresso. A Câmara dos Deputados vai analisar as alterações que o Senado Federal fez no texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45.

O intuito nas duas casas legislativas é promulgar o texto ainda neste ano, fechando em grande estilo os trabalhos no ano de 2023: além de haver estabelecido um novo marco fiscal para as contas públicas, terá aprovado uma reforma crucial para a competitividade da economia brasileira, após quase quatro décadas de tentativas fracassadas.

Nada mau para um ano que começou com invasão e vandalismo nas sedes dos três Poderes da República, no mais grave atentado à democracia brasileira desde o fim da ditadura militar.

Apenas dois exemplos de como a reforma pode melhorar o funcionamento das empresas. O primeiro: pretende acabar com as discussões sobre quais aquisições geram ou não geram crédito tributário (depende se item comprado é ou não usado na produção). O segundo: quer uniformizar as regras dos **impostos** estaduais e municipais sobre o consumo.

Na visão do governo e de especialistas, a **reforma tributária** pecou pelo excesso de tratamentos favorecidos a produtos e serviços. Não tanto pelo mérito, maior em uns do que em outros, mas pela complexidade que isso traz ao sistema e pelo impacto de alta na taxa de consumo dos não favorecidos.

A lista é enorme: alíquota 30% menor para serviços de profissão intelectual, redução de 60% para bens e serviços relacionados à segurança nacional e para sucos de fruta sem adição de açúcares e conservantes. E por aí vai.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), tem um plano que permite retirar excessos do texto aprovado pelos senadores. Envolve suprimir os pontos que não são de consenso entre as duas casas do Legislativo, para promulgar apenas o que é de comum acordo-justamente onde está o principal da reforma. Não haveria fatiamento, e sim uma espécie de "lipo" na PEC.

A ideia só não é perfeita do ponto de vista de quem acha que a reforma tem exceções demais porque depende da concordância dos senadores. E não foi por acaso que a PEC ganhou acréscimos no Senado. Era preciso conquistar os votos necessários à sua aprovação. É por isso que o trabalho do relator da proposta naquela casa, senador Eduardo Braga (MDB-AM) ganhou do Ministério da Fazenda notas 7,5 pelo conteúdo e 9 pela condução política.

Para fazer justiça: a PEC 45 saiu da Câmara com um conjunto de tratamentos favorecidos tal que, para manter o atual nível de arrecadação, como é objetivo do governo, seria preciso uma alíquota da ordem de 27% (seria de 22,02%, se não houvesse as exceções). No texto que saiu do Senado, a alíquota estimada subiu para algo como 27,5%.

Se a "lipo" tende a ser limitada, a complexidade terá de ser combatida em outra frente: a legislação complementar.

Essas leis, cujas propostas serão encaminhadas ao Congresso no ano que vem, dirão exatamente o que se enquadra nas alíquotas favorecidas. A ideia é delimitar o alcance das exceções.

Assim que a PEC 45 for promulgada, o governo federal convidará Estados e municípios para discutir as propostas de leis complementares. Serão criados grupos de trabalho para detalhar os pontos mais complexos. Por exemplo, como será a tributação das transações imobiliárias. Ou como será a transição federativa.

Paralelamente, avançam os trabalhos para a operacionalização dos novos **tributos** sobre o consumo. Uma ideia é atrelar a cobrança dos **impostos** aos meios de pagamento. Assim, no mesmo instante da compra, o imposto seria arrecadado e distribuído a Estados e municípios.

Não se deve confundir isso com a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), que foi cobrada de 1997 a 2007. Aquela era uma tributação sobre operações bancárias, como saques. O que se constrói agora é uma nova forma de cobrar o que os consumidores já pagam hoje.

"Imposto insonegável" é uma expressão considerada forte até pelos mais otimistas. Mas é essa a ideia por trás desse novo sistema.

É por isso que, nas contas dos economistas do governo, a taxa sobre o consumo deverá ficar em torno de 27,5%, ante os 34,4% cobrados atualmente. Estima-se que haverá menos sonegação e também menos perda de receitas decorrentes de elisão (utilização de "brechas" na lei para pagar menos), inadimplência e judicialização.

A tributação sobre o consumo demandará muita discussão ao longo dos próximos anos.

Paralelamente, o governo quer iniciar os debates sobre a reforma do Imposto de Renda. Essa é dividida em três capítulos: pessoas físicas, empresas e trabalho. Os atuais debates sobre taxa sobre fundos exclusivos e fundos offshore são partes antecipadas desse conjunto.

Nesse cenário de importantes reformas nos **impostos** e contribuições, a ausência mais sentida é a da perspectiva de redução da carga tributária. Basta pegar um Uber para perceber a quantas anda a fama de "taxador" do atual governo. Esse é um ponto que deveria demandar atenção, inclusive porque 2024 é ano de eleições.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail lu.aiko@valor.com.br

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187725>

Projeto do BNDES deve ficar para 2024 no Congresso

Marcelo Ribeiro, Jéssica Sant'Ana, Renan Truffi e Raphael Di Cunto

Encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, o projeto de lei que visa permitir que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) retome o financiamento de obras e serviços de empresas brasileiras no exterior, linha de crédito suspensa desde 2016, deve ser apreciado pelos parlamentares apenas em 2024.

Essa é a avaliação de líderes do centrão e de aliados mais próximos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O diagnóstico tem como principal embasamento a pauta do Legislativo, considerada "já bastante cheia" para a reta final dos trabalhos neste ano.

Apesar de ainda ter quatro semanas de trabalhos até o recesso, o Congresso deve priorizar pautas como a **reforma tributária**, a medida provisória que trata da subvenção a investimentos e o Orçamento.

Um interlocutor de Lira pontuou que os parlamentares não devem nem mesmo ter tempo para se debruçar sobre o tema para uma análise prévia. Com isso, a proposta deve ter espaço na agenda da Câmara apenas a partir de fevereiro, quando os parlamentares retornam dos recesso.

Segundo minuta ao qual o Valor teve acesso, o BNDES poderá retomar esse tipo de crédito, suspenso desde 2016, auge da Operação Lava-Jato. O governo afirma que a intenção é "permitir mais competitividade e mercado aos empresários nacionais, na esteira do que já é feito de forma corriqueira em mais de 90 países, entre eles EUA, Suécia, Canadá e China".

A eventual retomada desses financiamentos será feita a custo de mercado, sem subsídios, afirmou ao Valor o diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do banco, José Luis Gordon.

O texto do projeto prevê que o valor máximo do financiamento à exportação de serviços será definido com base no valor do contrato comercial de exportação. Ou seja, será o valor total a ser pago pelo importador pelos bens e serviços exportados, incluídas as exportações realizadas a partir de países terceiros e excluído o custo incorrido pelo exportador com bens

e serviços adquiridos no país do importador.

A linha será garantida pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE), que, segundo Gordon, está superavitário em US\$ 7,5 bilhões. Não haverá aporte de recursos do governo no fundo. "O fundo garantidor não tem recursos do contribuinte, recebe recursos do prêmio pago pelo exportador", diz o diretor.

Ontem, o presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio (Mdic), Geraldo Alckmin, afirmou que o governo quer utilizar o BNDES para exportar também o serviço de empresas brasileiras, e não apenas produtos originários do agro ou da indústria.

Segundo ele, o governo deve fomentar isso por meio do chamado BNDES Exim, linha de financiamento criada justamente para dar suporte à produção nacional de máquinas, equipamentos, bens de consumo, além de serviços.

"Vamos ter no BNDES um trabalho só para [o setor de] serviços. Vamos exportar não só produtos do agro, produtos industriais, mas também serviços."

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187725>

Heranças do exterior podem ser taxadas

Brasília - O Ministério da Fazenda prepara um projeto de lei complementar para que o imposto estadual que hoje incide sobre heranças e doações seja também estendido a valores vindos do exterior, afirmaram duas fontes da pasta com conhecimento do assunto.

Atualmente, a Constituição demanda que exista lei complementar tratando do assunto para que os Estados, muitos deles em situação financeira delicada, possam cobrar o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) sobre esses ativos do exterior, algo que nunca chegou a ser feito.

Muitos estados editaram normas próprias para realizar essa cobrança, mas em 2021 o Supremo Tribunal Federal decidiu que eles não tinham competência para tanto em meio ao vácuo legal.

O Ministério da Fazenda disse que a **reforma tributária** sobre o consumo, que aguarda aprovação final na Câmara dos Deputados, já prevê critérios para liberar essa cobrança "mesmo antes da edição de lei complementar sobre o assunto".

Uma das fontes, que falou à Reuters em anonimato, pois o assunto não é público, afirmou

que o governo já trabalha no projeto de lei complementar para se antecipar à aprovação da PEC, uma vez que o tema precisará ser depois regulamentado.

A lei complementar "servirá para trazer segurança jurídica e uniformizar as regras de cobrança desse imposto em âmbito nacional, que é um desejo antigo dos Estados", acrescentou a fonte.

Cada estado seguirá com direito de fixar sua própria alíquota, respeitando o teto que é fixado pelo Senado e está hoje em 8%.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem reiterado em discursos públicos que o governo do presidente Luiz desejo antigo dos Estados", acrescentou a fonte.

Cada estado seguirá com direito de fixar sua própria alíquota, respeitando o teto que é fixado pelo Senado e está hoje em 8%. Inácio Lula da Silva continuará buscando acabar com distorções na cobrança de **impostos**, visando promover justiça tributária.

Dentro deste mesmo espírito, o governo aguarda

votação no Senado de projeto para taxar offshores e fundos exclusivos, iniciativas que ajudarão os cofres federais. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Alckmin confirma transferência de R\$ 8,7 bilhões a municípios

Agência Brasil

O presidente em exercício Geraldo Alckmin confirmou, nesta terça-feira (28), que a União repassará nesta quinta-feira (30) R\$ 8,7 bilhões ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para cobrir perdas de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). E que outros R\$ 3,3 bilhões serão depositados nos cofres municipais de mais de 5.500 prefeituras para compensar a redução nas transferências ao FPM, em 2023.

"O presidente Lula não cortou o ICMS de ninguém", afirmou Alckmin sobre a queda de arrecadação tributária de estados e municípios, durante a abertura da 85ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), em Brasília.

Geraldo Alckmin representou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está em viagem a Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, para participar da 28ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 28).

Alckmin defendeu que os governos locais precisam ser fortalecidos. "Quanto mais nós descentralizarmos e fortalecermos a federação e os governos locais, mais ganha o povo do Brasil. Então, a descentralização é fundamental".

O presidente em exercício ainda destacou as oportunidades oferecidas pelo novo Programa de Aceleração do Crescimento Seleções (PAC).

"Foi feito, também, um esforço grande na área de serviços públicos. Tivemos a primeira etapa do Novo PAC Seleções.

São R\$ 65 bilhões para quem se inscreveu até o dia 10 deste mês".

Até esta data, o Novo PAC Seleções recebeu inscrições de projetos de governos municipais e estaduais para compras e, também, para a realização de obras com recursos do governo federal, em áreas como abastecimento de água e esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos, prevenção a desastres com drenagem urbana e contenção de encostas; mobilidade urbana, renovação de frotas, entre outras.

Alckmin destacou a retomada dos programas Minha Casa, Minha vida e do Mais Médicos, na gestão Lula.

De acordo com Alckmin, o mundo atual debate três grandes temas: segurança alimentar, segurança energética e clima. "Nos três, o Brasil é o grande protagonista".

Ensino médio - No mesmo encontro com prefeitos e prefeitas de todo o Brasil, o ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, anunciou que o governo federal enviou, na manhã desta terça, ao Congresso Nacional, a medida provisória de apoio ao ensino médio, por meio do Ministério da Educação. Segundo Padilha, o texto incentivará o bom desempenho escolar e a permanência nas escolas de estudantes deste nível de escolaridade, sobretudo os de baixa renda.

Padilha avaliou que neste fim de ano o Brasil vive três grandes momentos, o de crescimento econômico com alta do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma de bens e serviços produzidos no país); de **inflação** controlada, dentro da meta; e com a taxa de desemprego menor do que 8% (7,78%), no terceiro trimestre deste ano.

"É possível, sim, o Brasil voltar a tomar um rumo certo.

Nesse país, há 7 anos isso não acontecia. Algo que, para nós, é básico. Essas três combinações ao mesmo tempo vieram de um grande esforço, desde a transição [de governo], conduzida pelo presidente Alckmin, com a parceria de prefeitos", apontou o ministro Padilha.

Aos gestores municipais, o ministro Alexandre Padilha também confirmou o crédito extraordinário, sancionado pelo presidente Lula, que será repassado pelo Tesouro Nacional a estados e municípios nesta quinta-feira (30), mencionado por Alckmin em sua fala. LINK 1 Diálogo - O anfitrião do encontro, prefeito de Aracaju e presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Edvaldo Nogueira, comemorou a volta do diálogo do governo federal com os municípios, em busca de soluções para os problemas das cidades.

Nessa linha de fortalecimento da cooperação entre os governos nos níveis federal, estadual, distrital e municipal, o prefeito sergipano ressaltou a criação do

Conselho da Federação. "Em um ano, o Conselho da Federação já está vivendo. Fizemos a primeira reunião e espero que nós façamos do Conselho da Federação o ponto de discussão de melhorarmos o pacto federativo no Brasil, para que a gente encontre elementos para melhorar a vida do Brasil e a vida nas nossas cidades".

Edvaldo Nogueira ressaltou que o poder municipal é o que está mais próximo do cidadão brasileiro. "Que os municípios tenham o protagonismo na vida das pessoas. É na cidade que o cidadão nasce e estuda. É na cidade que o cidadão e a cidadã, quando precisam de uma questão de saúde, vão buscar a unidade básica, a média ou a alta complexidade. É na cidade que nós temos que viabilizar ao trabalhador que precisa chegar no momento certo em seu trabalho possa ter acesso à mobilidade urbana, ônibus, trens e metrô. É preciso que as cidades tenham recursos para enfrentar essas questões".

A 85ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) terá duração de 2 dias, em Brasília. Na pauta do encontro de prefeitos com autoridades do governo federal, estão temas como o financiamento dos municípios populosos, **reforma tributária**, piso da enfermagem, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, encerramento dos mandatos em 2024, entre outros.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/diariodaregiao/index.jsp?serviceCode=login&numero=21386&edicao=131356#page/20>

Estados relatam perdas totais de R\$ 109 bilhões

DA REDAÇÃO

ICMS

Os Estados tiveram uma queda de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de R\$ 109 bilhões de junho de 2022 a junho de 2023, segundo projeção divulgada esta semana pelo Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), interrompendo uma trajetória ascendente da receita tributária que vinha de 2018 a 2021, quando a arrecadação dos Estados e do Distrito Federal subiu 13,71%.

A arrecadação perdeu força em 2022, devido às alterações na cobrança do tributo, iniciadas em junho do ano passado, resultando em uma retração de -2,75% naquele ano. De acordo com a nota técnica emitida pelo Comsefaz, a razão da queda foram as Leis complementares 192/22 e 194/22, que causaram uma perda "estrutural" na arrecadação, que continuou em 2023. Por esse motivo, os secretários de Fazenda pedem medidas para estabilizar o equilíbrio fiscal de estados e municípios.

De acordo com o Comsefaz, no comparativo de janeiro a agosto de 2022 com o mesmo período de 2023, há uma queda real de -7,6%, totalizando R\$ 37 bilhões. Por esse motivo, alguns Estados alteraram suas alíquotas de ICMS a partir de abril de 2023, para compensar perdas de arrecadação, bem como o promoveram o início do período de vigência da alíquota ad rem para os combustíveis, para obter aumento de arrecadação, de acordo com a Comsefaz.

Ao menos 22 Estados elevaram a alíquota do ICMS antes da aprovação da **reforma tributária** sobre o consumo. Dados do Comsefaz mostram que onze unidades da Federação estabeleceram nova alíquota para o tributo com início da vigência ainda em 2023.

"É preciso também monitorar como a base do ICMS irá evoluir daqui para frente, tendo em vista eventuais diferenciais de **inflação** entre o setor industrial e o setor de serviços. Se a **inflação** de serviços superar a dos bens industrializados, como é possível de se esperar pela reversão do movimento cíclico anteriormente citado, a receita de ICMS tenderia a crescer abaixo do **PIB** nominal, agudizando a perda

estrutural de arrecadação", diz a nota do Comsefaz.

De acordo com levantamento divulgado pelo site Poder360, a arrecadação do ICMS caiu ou ficou abaixo da **inflação** em 16 unidades federativas, considerando os Estados que atualizaram a arrecadação até setembro. No mês, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 5,2%.

O tema do ICMS sobre os combustíveis foi tratado pela proposta que unifica e padroniza o imposto no país, aprovada em 10 de março (Lei Complementar 192/2022); e pelo texto que limita o ICMS sobre produtos considerados essenciais, sancionado por Bolsonaro em 23 de junho (Lei Complementar 194/2022).

Site: <http://www.oliberaldigital.com.br/>

Avanços no governo Lula - NILSON TEIXEIRA

NILSON TEIXEIRA

Por Nilson Teixeira

Foi economista-chefe do Credit Suisse e Chase Manhattan. Tem Ph.D. em economia pela Universidade da Pensilvânia

29/11/2023 05h00 Atualizado há uma hora

O desempenho da economia brasileira neste ano foi mais favorável do que o previsto por especialistas e participantes de mercado. A mediana das projeções de crescimento do **PIB** em 2023, após alcançar 0,8% - mínimo de -0,4% e máximo de 2,1% - na pesquisa de 30 de dezembro de 2022 do Banco Central (BC), aumentou para 2,8% mais recentemente. As condições do mercado de trabalho também se mostraram mais benignas. A mediana das projeções para a taxa de desemprego para 2023 diminuiu de 8,9% no fim de 2022, frente aos 8,0% de 2022, para os atuais 7,7%, com vários setores, como a construção civil em São Paulo, reportando falta de mão-de-obra aos atuais salários. Do mesmo modo, a dinâmica da **inflação** foi mais favorável a partir de meados deste ano. Após aumentar de 5,3% no fim de 2022 para 6,1% no início de maio, a mediana das previsões de **inflação** IPCA para 2023 recuou para 4,5% na última semana - dentro do intervalo de tolerância, após dois anos sem seu cumprimento.

Esse melhor desempenho da economia é atestado pelo comportamento dos preços de mercado. A taxa Selic terminará o ano em 11,75%, abaixo da projeção de 12,50% no início deste ano. Da mesma forma, a taxa de câmbio projetada para o fim de dezembro era de R\$ 5,27/US\$ no fim de 2022, nível mais depreciado do que a cotação de R\$ 4,90/US\$ da última 2ª feira. No que se refere ao mercado de ações, especialistas projetavam no fim de 2022 que o Ibovespa aumentaria dos 108 mil pontos da média de dezembro de 2022 para 130 mil pontos no fim de 2023, não muito distante dos 125 mil pontos da 2ª feira.

Apesar do frequente discurso na imprensa sobre a descrença na atuação do governo, as expectativas para o próximo ano são mais favoráveis do que os prognósticos existentes no fim de 2022 para a economia em 2023. O consenso de mercado para 2024 assume crescimento do **PIB** de 1,5%, taxa de

desemprego de 8,2% e **inflação** IPCA de 3,9% - dentro do intervalo de tolerância, mas distante do centro da meta de 3,0%. Há de se reconhecer, porém, que a confiança nesse cenário mais favorável para 2024 ainda é frágil, pois não há informação suficiente para garantir projeções robustas.

A atuação do governo Lula neste seu 1º ano afastou cenários mais extremos, contribuindo para a melhoria da confiança. Por exemplo, havia receio de que fossem adotadas políticas muito intervencionistas e até revanchistas. Não foi o caso. Apesar de alguns discursos mais inflamados e posicionamentos questionáveis no governo, as novas gestões das estatais, notadamente da Petrobras, afastaram os cenários caóticos previstos por alguns. Embora ainda haja defensores da maior intervenção do estado na economia e da interrupção do programa de desestatização, o discurso mais radical de alguns apoiadores do atual governo a favor da reversão da transferência do controle da Eletrobras e da Braskem se mostrou, por ora, muito mais um risco distante do que algo provável. Do mesmo modo, apesar das críticas do presidente Lula ao patamar dos juros, bem como à autonomia formal do BC e ao mandato fixo de seus diretores, a atuação da instituição não foi efetivamente maculada.

Após meses de incerteza sobre a dinâmica dos números fiscais, a aprovação do arcabouço fiscal em agosto deste ano trouxe maior confiança de que o cenário de descontrole das contas públicas está afastado. Mesmo com a expectativa de déficit primário nos próximos anos e o debate nas últimas semanas sobre a possível mudança da meta para 2024, especialistas ainda esperam que a dívida pública se estabilize antes do fim desta década, com seu posterior recuo. A expectativa de gradual recuo da Selic nos próximos anos para 8,50% sugere essa leitura.

Ano foi de conquistas, mas pessimismo de parte da sociedade é compreensível por haver muito a corrigir

A despeito da sua tramitação lenta, bem como de mudanças que introduziram injustificáveis rebates para mais setores da economia e novos fundos regionais de compensação, a aprovação da **Reforma Tributária** é vista por inúmeros participantes de mercado como sendo capaz de melhorar muito as condições de

negócios e elevar o crescimento potencial. Isso justifica uma melhora de sentimento na sociedade.

Esse efeito advém também da recuperação nas relações exteriores com maior participação nos fóruns internacionais - apesar de alguns discursos e posicionamentos controversos de membros do governo, da adoção de políticas de maior respeito à diversidade e dos esforços para a preservação do meio-ambiente. A atenuação do risco de crise institucional, após a posse do governo Lula e o fim dos conflitos entre o Executivo e o Judiciário, embora ainda com rugas entre membros do Legislativo e do Judiciário, é outra frente que favorece a confiança para 2024.

Ainda que o seu efeito na economia seja reduzido no curto prazo, o melhor ambiente também pode ser atribuído à expansão no atendimento das camadas mais vulneráveis da população, com a elevação dos benefícios do Bolsa Família e a atualização do Cadastro Único necessário para a incorporação de outros serviços sociais ao atendimento desse público. Mesmo com avanços pouco visíveis frente aos imensos obstáculos, a boa reputação da gestão das áreas da educação e da saúde traz esperança de aprimoramento da qualidade do ensino, redução das defasagens de aprendizado herdadas da época da pandemia, melhoria do atendimento de saúde pública e recuperação dos programas de vacinação.

Em suma, o 1º ano do 3º governo Lula foi marcado por conquistas, inclusive no campo econômico, com avanços em várias frentes. Todavia, por haver muito a ser corrigido, é compreensível que uma parte relevante da sociedade esteja pessimista. A economia requer profundos ajustes estruturais, mas que ainda carecem de apoio da maioria da sociedade e dos líderes políticos no Executivo e no Legislativo. Da mesma forma, a qualidade dos programas sociais e dos serviços públicos ainda é deficiente e precisa melhorar. Para complementar esta discussão, o meu próximo texto tratará das dificuldades enfrentadas em 2023 na busca de uma economia mais próspera e menos desigual.

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço.

Site: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/avancos-no-governo-lula.ghtml>

Câmara aprova marco legal do hidrogênio verde

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

A Câmara dos Deputados aprovou nessa terça-feira em votação simbólica projeto de lei que cria o marco legal para exploração de hidrogênio de baixo carbono no Brasil. A pedido do governo, a maioria dos incentivos tributários, regulatórios e tarifários para o setor foram excluídos da proposta, que seguiu para análise do Senado Federal.

Relator do projeto, o deputado Bacelar (PV-BA) o marco legal dará as bases para instalação de investimentos bilionários no Brasil. "Mais de 50 projetos de transição energética serão viabilizados, a maioria na região Nordeste cio país", afirmou.

Apesar do avanço da proposta, o setor privado viu com ressalvas a aprovação porque a maioria dos incentivos esperados acabou fora do projeto. O Ministério da Fazenda sustentou que não há espaço para a criação de novos incentivos tributários em meio à tentativa de zerar o déficit nas contas públicas e nem condições de repassar os gastos para os consumidores via tarifa elétrica.

Saíram do marco legal a obrigatoriedade de contratar fontes a base de hidrogênio nos leilões de geração de energia e de direcionar parte dos recursos de Itaipu para projetos deste setor. Também caíram desonerações de **impostos** para compra de máquinas e equipamentos.

Com isso, o principal incentivo que será criado é o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixo Carbono (Rehidro). O texto, contudo, reproduz os benefícios de um programa já existente, o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) - e o governo já tinha prometido incluir o setor de hidrogênio via decreto.

As alternativas para financiamento dos projetos serão a emissão de debêntures, os benefícios do Reidi ou a instalação das fábricas em zonas de processamento as exportações (ZPEs), caso o objetivo seja enviar a produção para fora do país. Outra possibilidade é o "fundo verde" do Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), presente em outro projeto que deve ser votado hoje pela Câmara.

Presidente do Fórum de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico (FMASE), Marcelo Moraes afirmou que o projeto não trará investimentos na velocidade e no montante esperado pelo Brasil porque outros países, como Alemanha e Estados Unidos, estão dando recursos a fundo perdido para atrair essas empresas. "Os caras vieram com meio trilhão de dólares em incentivos e nós com um pacote conceituai", disse. "Não sei se chega a inibir os grandes "players" porque o Brasil tem atrativos que outros lugares do mundo não têm, principalmente de energia renovável para produzir o hidrogênio verde, mas com certeza ficou mais difícil colocar os projetos em pé no curto prazo."

A parte "conceituai", considerada pela iniciativa privada um avanço, são as regras para precificação do carbono, para instalação das infraestruturas necessárias, certificação e a taxonomia (o sistema de classificação das diferentes formas de se obter hidrogênio). É o marco regulatório que dará as bases para a exploração deste tipo de energia.

O projeto foi o primeiro da "pauta verde" da Câmara a ser votado. Nesta quarta-feira, deve entrar em discussão o marco legal para exploração de usinas eólicas offshore (em alto-mar). O texto era mais consensual, por estabelecer regras para essa atividade, mas causou grande divergência após o parecer do deputado Zé Vitor (PL-MG) mexer com incentivos tarifários e regulatórios do setor. Ele prometeu retirar parte deles, como a alterações no mercado livre de energia (os grandes consumidores). Já o projeto que regulamenta o mercado de carbono não deve mais ser votado esta semana.

Setor privado tem ressalvas porque a maioria dos incentivos ficou fora do projeto

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187725>

Deputada goiana relata projeto para transição energética

Rubens Salomão rubens.salomao(ã)opopular.com.br

A deputada federal Marussa Boldrin (MDB) foi escolhida como relatora do Projeto de Lei 5174/2023, que institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN), que está apensado ao PL327/2021. A proposta pretende criar o "Fundo Verde" para financiar a transição energética das empresas no país e faz parte da "agenda verde", encabeçada nesta semana pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), antes de ir à conferência do clima da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP 28, realizada em Dubai.

O texto, de autoria do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania/SP), estabelece metas como fomentar o financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável, "especialmente aqueles relacionados à infraestrutura, pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica". Aponta ainda a aproximação de instituições financiadoras das empresas interessadas em desenvolver projetos de desenvolvimento sustentável e "permitir a utilização de créditos pelas pessoas jurídicas de direito privado, junto à União, como instrumento de financiamento".

Na prática, a matéria pretende permitir que os empresários consigam empréstimos com juros mais baixos para investimentos em transição energética, pesquisa e sustentabilidade. O Fundo Verde será administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os interessados poderão receber cotas para usar como garantias.

"O presidente Lira que passou essa relatoria para mim e o projeto tem muita relevância para que a gente coloque o Brasil no cenário de comercialização e exposição internacional com o tema do momento, que é a transição energética", diz a deputada goiana. "O PATEN tem o principal objetivo de modernizar a economia sustentável e impulsionar a criação das fontes de energia renovável e tirar as poluentes e acelerar essa transição. A intenção é colocar o Brasil em concorrência com União Européia e Estados Unidos no desenvolvimento dessas novas tecnologias", afirma.

Marussa garante que o fundo proposto não contará com qualquer recurso direto do governo federal. "É

preciso deixar bem claro que não tem dinheiro da União e não tem nada subsidiado. São créditos que as próprias empresas têm com a União, como créditos tributários que poderão ser usados, e isso vai resultar em mais investimentos nessa transição", conta.

Segundo a parlamentar, os impulsos para utilização de veículos elétricos ou com fontes como etanol e biogás, além da extinção do uso de carvão mineral até 2040 passam a ser praticamente obrigatórios. "Tudo isso vai condicionar o país, através de pesquisas em inovação e infraestrutura para que as empresas possam apresentar esses projetos para buscar o aporte de recursos por meio dos bancos financiadores", avalia.

AGRO SUSTENTÁVEL

Representante do setor agropecuário na Câmara, Marussa rejeita a ideia de que a produção em larga escala no interior do país, como em Goiás, encontre conflito prático e ideológico com a pauta da sustentabilidade. "É conflito zero. Um exemplo são as multinacionais que produzem produtos químicos para o agro de uma forma muito equilibrada, e estão passando a maior parte dos investimentos para os biológicos. Porque sabem que a transição é fundamental, além do crédito de carbono. Tudo isso está vinculado ao setor agrícola", diz.

Entre os projetos da "agenda verde", estão o marco legal das usinas eólicas offshore; o marco do hidrogênio verde e a regulamentação do mercado de carbono, além do Programa de Aceleração da Transição Energética, relatado por Marussa e deve ser votado nesta quarta-feira (29).

Câmara aprova projeto de hidrogênio verde, com redução de benefícios

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (28), o projeto de lei que institui o programa nacional do hidrogênio verde, com uma redução aos benefícios destinados ao setor. O último relatório, apresentado pelo deputado Bacelar (PV-B A), excluiu a previsão de isenção de encargos da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) para as unidades de produção do setor. A proposta foi a primeira do pacote de medidas voltadas à transição energética impulsionado por Arthur Lira (PP/AL) a ser votado nesta semana, quando também começa a COP28, a

Conferência do Clima da ONU (Organizações das Nações Unidas). Lira deve comparecer ao evento e passou a defender publicamente uma série de propostas sobre o tema.

Também compõe o pacote, por exemplo, o projeto do mercado de carbono, das eólicas offshore, que institui o Fundo Verde e os biocombustíveis. A expectativa é que pelo menos parte destas propostas seja apreciadas nesta quarta-feira (29). Por solicitação do governo federal, o relator do projeto do hidrogênio verde enquadrou os benefícios do Reidi aos beneficiários do Rehidro antes, o texto previa descontos em **tributos** com PIS e Cof ins, trecho que foi substituído por do programa nacional para incentivo à produção de hidrogênio verde, que tem menos impacto ambiental, é vista como importante para ajudar o país a atingir as metas de redução de emissão de gases do efeito estufa previstas no Acordo de Paris. Durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), o Brasil se afastou de atingir as metas acordadas em Paris, que preveem a redução de produção de gases de efeito estufa. O presidente Lula (PT) tem reiterado em discursos que o país, no entanto, as cumprirá. O texto ainda propõe benefícios para empresas de hidrogênio de baixo carbono que se instalarem em Zonas de Processamento e Exportação - conglomerados comerciais com condições especiais de tributação- de regiões menos desenvolvidas. A regulação do setor será feita pela AN P (Agência Nacional de Petróleo). Empresas do setor precisarão de certificação para que possam aproveitar dos benefícios e, para isso, devem comprovar a atividade de baixo impacto e a produção sustentável de energia.

A entrada no sistema de certificação, no entanto, não é obrigatória para o setor de produção de hidrogênio. (FP)

Marussa Boldrin, deputada federal: proposta visa ampliar investimentos

A transição (energética) é fundamental, além do crédito de carbono. Tudo isso está vinculado ao sei or agrícola" Marussa Boldrin (MDB), deputada federal

Aprovado pelo Senado, "PL do Veneno" vai à sanção.

O plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (28) o projeto de lei que flexibiliza a autorização ao uso de agrotóxicos, apelidado por ambientalistas de PL do Veneno. O texto vai à sanção presidencial.

O texto concentra o registro de novos produtos no Ministério da Agricultura, esvaziando as atribuições da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

O PL colocou em rota de colisão os ministros da Agricultura, Carlos Fávaro, e do Meio Ambiente. Marina Silva desde a transição. A ala ambientalista chegou a sugerir, sem sucesso, a apresentação de um novo projeto de lei no primeiro semestre do ano. Agora a aprovação do texto ocorre às vésperas da COP28, a conferência do clima da ONU, que começa nesta quinta (30) em Dubai, nos Emirados Árabes, onde o tema deve ter repercussão entre ambientalistas Para destravar a votação e tentar equilibrar os interesses, o líder do PT no Senado, Fabia no Contarato (ES), retirou a possibilidade do registro temporário dos defensivos - um dos principais pleitos da bancada ruralista.

Segundo ele, a proposta "abre a possibilidade para a efetiva concessão de registro e comercialização no país de moléculas que sequer foram avaliadas pelos órgãos brasileiros competentes" e, por isso, deve ser rejeitada.

A bancada ruralista também defendia que o termo "agrotóxico" fosse substituído na legislação por "pesticida". Contarato, no entanto, disse que o primeiro "pode contribuir para dar mais clareza às embalagens quanto à toxicidade desses produtos".

"Muito embora haja um apelo pelo setor do agronegócio quanto à inadequação desse vocábulo, em razão do tom pejorativo que pode ser associado ao agronegócio nacional injustamente, entendemos que o termo "agrotóxico" deve ser mantido no novo marco legal, até mesmo por obediência ao texto constitucional, que o utiliza para nomear esses produtos no § 4- do art. 220 da Constituição Federal." A proposta ainda permite que defensivos agrícolas em reanálise, que hoje têm sua aplicação suspensa, possam ser utilizados antes mesmo do final do processo.

As mudanças são defendidas pela bancada ruralista por diminuírem o que o setor vê como burocracia excessiva no processo atual.

O Ibama chegou a elaborar uma nota técnica criticando uma série de pontos do projeto que delegam à pasta da Agricultura a coordenação da reanálise dos produtos. O processo é considerado sensível uma vez que pode vedar agrotóxicos em uso no mercado.

Pelo texto aprovado, em uma série de casos, os estudos feitos por Ibama e também pela Anvisa podem acabar como complementos ao entendimento da Agricultura sobre os processos.

Segundo a nota do Ibama, o projeto pode dar "poder desproporcional em relação ao Ibama e à Anvisa no

processo de regulamentação e normalização de agrotóxicos".

Para Mauricio Guetta, assessor jurídico do ISA (Instituto Socioambiental), "o projeto traz retrocessos inaceitáveis, como a derrubada da vedação atual de aprovação de agrotóxicos causadores de câncer e outras doenças graves". "Infelizmente, a tentativa de consenso não corrigiu este problema, colocando em risco a saúde da população brasileira", avalia. (Folhapress)

Site: <https://opopular.com.br/digital/29-novembro-2023/1o-caderno>

Com "jabutis", projeto de lei sobre energia eólica pode ser votado hoje

ALVARO GRIBEL

A Câmara dos Deputados aprovou ontem a urgência no projeto de lei que trata do marco regulatório da geração de energia eólica no mar (chamada de offshore). Com isso, o texto poderá ir a votação diretamente em plenário, sem passar pelas comissões. A votação do projeto pode ocorrer hoje, de acordo com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Esse projeto tem sido alvo de fortes críticas de entidades do setor elétrico e especialistas, que calculam aumento de custos em até R\$ 28 bilhões por conta de trechos alheios ao texto original que foram incorporados à proposta durante a tramitação. Já o relator da proposta, deputado Zé Vitor (PL-MG), diz, ao contrário, que haverá redução de custos.

Segundo a Frente Nacional dos Consumidores de Energia, que reúne diversas entidades no setor, o principal "jabuti" (apelido para tema alheio ao projeto) custará cerca de R\$ 16 bilhões e derruba o preço-teto do gás que será comprado para suprir as usinas termelétricas em estados que não têm gás canalizado, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A construção dessas usinas foi tornada obrigatória durante o processo de privatização da Eletrobras, que estabeleceu um preço-limite para esse gás. Esse teto, agora, pode cair.

-Trata-se apenas de retirar o preço máximo para a compra do gás, que está em alta nos mercados internacionais. Quem vai definir o preço serão as próprias distribuidoras de gás, o que não faz o menor sentido. O consumidor terá que pagar - afirmou o presidente da Frente, Luiz Eduardo Barata, ex-diretor-geral do ONS.

Zé Vitor, porém, discorda:

- Os grandes consumidores de energia não querem pagar pelos custos do sistema no mercado livre (que compra energia direto do gerador). Por isso compram energia mais barata. Esse PL (projeto de lei), ao contrário do que afirmam os grandes consumidores, vai reduzir custos.

Além do custo das termelétricas, Barata afirma que há R\$ 8,6 bilhões em gastos extras para a contratação de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), mais R\$ 500 milhões para a contratação de energia eólica no Sul do país, e outros R\$ 3 bilhões para a contratação de térmicas a hidrogênio verde.

-O projeto de lei em si já nos parece sem sentido, porque a eólica offshore custa quatro vezes o valor da eólica onshore (em terra), e ainda temos muito potencial em terra. O problema é que, além disso, vieram os jabutis, com essa conta bilionária-afirma Barata.

Diversas entidades do setor assinaram um manifesto contra os "jabutis" do projeto. Especialistas no setor elétrico, entre eles Edvaldo Santana, Elena Landau, Jerson Kelman e Paulo Pedrosa, também endossaram o texto.

"Fazemos um apelo às autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo que interrompam e revertam esse ciclo de distorções e ineficiências impostas aos consumidores e à sociedade, que retiram renda das famílias brasileiras através das suas contas de energia e dos preços dos produtos nacionais, promovem a **inflação** e custam empregos ao país", afirma o documento.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

MANIFESTO DE ESPECIALISTAS

Evento debate o mercado de apostas e jogos digitais

BRUNA OLIVEIRA

A regulamentação do mercado de apostas e de jogos online foi debatida em evento ontem, em Porto Alegre. O Mercosul iGaming Summit reuniu representantes de entidades e associações de diversos elos da cadeia e ocorreu na véspera de uma decisão importante sobre o segmento: o projeto que trata da regulamentação das atividades deve ir a votação, hoje, no plenário do Senado. O setor de iGaming é puxado pelos jogos e apostas esportivas no mundo digital.

O evento no Porto Alegre Country Club congregou defensores do setor. Em meio a debates na sociedade sobre o que deve ser permitido ou não, a regulamentação da atividade em lei foi defendida no evento como solução para gerar crescimento do setor, além de segurança jurídica aos apostadores e ao poder público.

No evento, os participantes ressaltaram a necessidade de diferenciação entre as modalidades praticadas. Enquanto uma lei ampla pode regulamentar o setor como um todo, a falta de regramentos específicos pode flexibilizar o funcionamento de outras atividades polêmicas ou até ilegais, ponderaram.

Rodrigo Alves, presidente da Associação Brasileira de Apostas Esportivas (ABAESP), defendeu o regramento próprio para cada atividade. Com o exemplo de que "não se pode confundir cassino com apostas esportivas", Alves ressaltou que é errado e impreciso colocar todas as modalidades sob a mesma regra. Um dos pontos de crítica ao projeto em tramitação é a inserção dos cassinos online.

Um dos segmentos que já recebe entendimento diferenciado é o de fantasy esportes. A modalidade difere de apostas e loterias. É um esporte eletrônico de estratégia e habilidade, baseado no mundo real, em que há premiações já definidas no momento em que o jogador entra na liga de competição.

Bárbara Teles, diretora de relações governamentais da Associação Brasileira de Fantasy (ABFS), vê a diferenciação pelo Legislativo como ponto positivo. E diz que o momento é de oportunidade por trazer as atividades "para dentro das regras claras" e isso deve fomentar o desenvolvimento.

- É um setor expoente que tem ainda muito a agregar. No setor de fantasy esportes gira mundialmente cerca de US\$ 22 bilhões. No Brasil, gera US\$ 12 milhões, apesar de ter um mercado muito interessado - comenta Bárbara.

Tributos

Para o presidente do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável, André Gelfi, o grande desafio é a questão tributária. O debate dos últimos anos, disse, trouxe evolução no entendimento do setor enquanto atividade econômica:

- A expectativa é de que se crie uma tributação equilibrada, com regras claras, e que atente ao cuidado que cada atividade exige.

Wesley Cardia, presidente da Associação Nacional dos Jogos e Loterias (ANJL), reforçou o ponto da tributação. Na opinião do dirigente, quanto maior o imposto aplicado ao setor, maior a ilegalidade.

- O que se faz no Brasil é uma grande hipocrisia. O jogo existe, sempre existiu. A quem interessa não regulamentar? - questionou.

- Cada modalidade que deixarmos de regulamentar vai seguir existindo. Queremos as melhores práticas para que seja um setor econômico importante e seguro para o governo e para a sociedade

- acrescentou.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

Contra abandono do ensino médio, MP cria poupança para aluno

**ADRIANA FERNANDES, ANNA CAROLINA PAPP,
BIANCA LIMA E PAULA FERREIRA**

O governo federal editou ontem uma medida provisória (MP) que cria um programa de bolsas para alunos do ensino médio de baixa renda, com o objetivo de incentivar a permanência escolar e combater o abandono. A MP cria ainda um fundo privado de financiamento dessas poupanças, que poderá ser abastecido pelo governo federal no valor de até R\$ 20 bilhões.

"Propõe-se que o Programa seja gerido pelo Ministério da Educação, e que seja operacionalizado financeiramente por meio de um fundo privado criado pela Caixa Econômica Federal com participação da União e de outros cotistas, pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado", registra o texto, que expõe os motivos para a criação da MP, publicado em edição extra do Diário Oficial da União (DOU). "A presente medida provisória acrescenta a participação do Ministério da Fazenda na definição de aplicação dos valores recebidos e nas decisões que envolvam o citado fundo", diz.

Os aportes da União poderão ser feitos por meio de recursos do Orçamento e ações de estatais. O texto diz ainda que, a partir de 2024, os leilões do pré-sal poderão exigir que os vencedores façam aportes no fundo como "contrapartida adicional de caráter social".

EXIGÊNCIAS. O benefício será concedido a alunos de escolas públicas inseridos no Cadastro Único (CadÚnico), e exigirá as seguintes condições: frequência escolar; aprovação ao fim do ano letivo; matrícula no ano seguinte, quando for o caso; participação nos exames do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e nos exames aplicados pelos sistemas de avaliação externa dos entes federativos para a etapa do ensino médio; e participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Os valores, as formas de pagamento e os critérios de operacionalização e utilização da poupança escolar serão estabelecidos em outro texto editado em conjunto pelas pastas da Educação e da Fazenda. Como mostrou o Estadão, a ideia inicial da medida é garantir cerca de R\$ 1 mil por ano aos estudantes, mas esse valor ainda está sob análise. O programa

poderá ainda permitir que o estudante aplique parte dos recursos em "títulos públicos federais (Tesouro Direto) ou valores mobiliários, especialmente os formatados para o ciclo universitário".

ABANDONO ESCOLAR. O projeto busca atacar um dos maiores problemas do sistema educacional no Brasil: o abandono da escola. O economista Ricardo Paes de Barros, em estudo do Insper, calculou que o Brasil perde por ano com a evasão escolar 3,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o que equivale a dois terços do gasto anual com a educação básica. Segundo esse estudo, a cada ano meio milhão de jovens passam à fase adulta sem concluir a educação básica - com consequências em empregabilidade, remuneração, longevidade e qualidade de vida. Dados empíricos mostram, ainda, que a evasão escolar é inversamente proporcional à renda: quanto menor o rendimento familiar, maior a evasão da escola.

"A poupança tem como objetivo a democratização do acesso e da permanência dos jovens no ensino médio; a mitigação dos efeitos das desigualdades sociais, raciais e de gênero na permanência e na conclusão do ensino médio; a redução das taxas de retenção, abandono e evasão; a contribuição para a promoção de inclusão social por meio da educação, além de estimular a mobilidade social", diz o texto da exposição de motivos da MP.

Segundo o Censo Escolar 2019-2020, mencionado no texto, a evasão escolar chega a 8,8% no primeiro ano no ensino médio, 8,3% no segundo ano e 4,6% no terceiro.

Levantamento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), aponta que só 46% dos jovens do quinto mais pobre da população concluem o ensino médio até os 24 anos. Entre os jovens do quinto mais rico, a taxa é de 94%, mais que o dobro.

TEBET. O programa é uma promessa de campanha eleitoral, após Lula encampar o compromisso da então candidata e hoje ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, em troca de apoio no segundo turno. Na época, Tebet nomeou o programa de "Poupança Jovem" e se inspirou em projeto do então senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

*

Ruim para a economia

Estudo do Insper calcula que o Brasil perde por ano com a evasão escolar 3,3% do Produto Interno Bruto

*

SAIBA MAIS

I Para economistas, fundo dribla arcabouço e fere LRF

Especialistas em contas públicas veem com preocupação o financiamento da nova política voltada a alunos do ensino médio por meio de um fundo privado gerido pela Caixa.

Eles apontam tentativa do governo de escapar do novo limite de gastos imposto pelo arcabouço, bem como afronta a princípios orçamentários e à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Citam, ainda, que a proposta lembra manobras de contabilidade criativa do governo de Dilma Rousseff.

"O normal é: vou fazer uma política pública, então coloco no Orçamento. Se crio um fundo privado, que será gerido pela Caixa, é porque estou querendo colocar essa política fora do Orçamento para escapar dos limites de despesa", diz Marcos Mendes, pesquisador do Insper. O exsecretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, também vê o instrumento com estranheza. "Usar fundos privados exclusivamente para fazer política pública é uma estratégia vista com receio por técnicos." Segundo a equipe econômica do governo federal, porém, regras fiscais serão respeitadas e os aportes se sujeitarão ao limite de despesas do arcabouço.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Governo cria poupança para alunos de baixa renda

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou ontem medida provisória (MP) que cria o programa de bolsas para alunos do Ensino Médio de baixa renda, com o objetivo de incentivar a permanência escolar e combater o abandono. A MP cria ainda um fundo privado de financiamento dessas poupanças, que poderá ser abastecido pelo governo federal em até R\$ 20 bilhões.

A MP nº L198, de 27 de novembro de 2023, foi publicada ontem em edição extra do Diário Oficial da União (DOU). Por ter força de lei, a MP já está em vigor, mas precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional em 120 dias para não perder a validade.

"Propõe-se que o programa seja gerido pelo Ministério da Educação, e que seja operacionalizado financeiramente por meio de um fundo privado criado pela Caixa com participação da União e de outros cotistas, pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado", diz o texto da exposição de motivos da MP.

Participação nos exames do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e nos exames aplicados pelos sistemas de avaliação externa dos entes federativos para a etapa do Ensino Médio.

Cita ainda que "a presente Medida Provisória acrescenta a participação do Ministério da Fazenda na definição de aplicação dos valores recebidos e nas decisões que envolvam o citado fundo".

Valores

Os aportes da União poderão ser feitos por meio de recursos do orçamento e ações de estatais. O texto também diz que, a partir de 2024, os leilões do pré-sal poderão exigir que os vencedores façam aportes no fundo como "contrapartida adicional de caráter social".

Participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Frequência escolar.

Aprovação ao fim do ano letivo.

Matrícula no ano seguinte, quando foro caso.

Os valores, as formas de pagamento e os critérios de operacionalização e utilização da poupança escolar serão estabelecidos em outro texto editado em conjunto pelas pastas da Educação e da Fazenda. A ideia inicial da medida é garantir cerca de R\$ 1 mil por ano aos estudantes, mas o valor ainda está sob análise.

O programa poderá ainda permitir que o estudante aplique parte dos recursos em "títulos públicos federais (Tesouro Direto) ou valores mobiliários, especialmente os formatados para o ciclo universitário".

Objetivo é reduzir evasão

O programa busca atacar um dos maiores problemas do sistema educacional no Brasil, que é o abandono da escola. O economista Ricardo Paes de Barros, em estudo do Insper, calculou que o Brasil perde por ano, com a evasão escolar, 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB), o que equivale a dois terços do gasto anual com a educação básica.

"A poupança tem como objetivo a democratização do acesso e da permanência dos jovens no Ensino Médio; a mitigação dos efeitos das desigualdades sociais, raciais e de gênero na permanência e na conclusão do Ensino Médio; a redução das taxas de retenção, abandono e evasão; a contribuição para a promoção de inclusão social por meio da educação, além de estimular a mobilidade social", destaca o texto da exposição de motivos da MP.

"A redução da evasão escolar e o incentivo à conclusão do Ensino Médio são considerados fatores

centrais para garantir o acesso dos jovens a melhores condições de formação profissional e emprego", explicou a Presidência. Segundo o **comunicado**, a evasão no Ensino Médio chega a 16%. Os dados apontam que o primeiro ano é o que tem maior registro de evasão, abandono e reprovação.

Segundo o Censo Escolar 2019-2020, mencionado no texto, a evasão chega a 8,8% no primeiro ano no Ensino Médio, 8,3% no segundo ano e 4,6% no terceiro.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

Reajuste nas alturas

POLLYANNA BRÊTAS

O ano letivo nem terminou, mas a preocupação com a escola em 2024 já começou. Levantamento do Grupo Rabbit, consultoria especializada em educação, mostra que as mensalidades escolares vão subir, em média, 9,2% em 2024. É mais que a **inflação** prevista para este ano, de 4,53%, segundo o Boletim Focus, do Banco Central.

E pressão extra no orçamento das famílias, que tinham sentido algum alívio neste ano, em razão da perda de fôlego da **inflação**, em particular no preço dos alimentos. O cálculo da consultoria para estimar o reajuste escolar tem como base a consulta a 800 escolas de educação infantil e ensino fundamental e médio de todo o país. Além disso, leva em conta necessidade de investimentos, reajustes salariais dos professores e de outros funcionários, dívidas e outros custos.

- Hoje, 70% das escolas e instituições de ensino têm um nível acentuado de endividamento. E mesmo esse reajuste acima da **inflação** não será suficiente para pagar as dívidas que elas fizeram com os bancos para manter as operações durante a pandemia e o período de isolamento social, em que houve fechamento das instituições e aplicação de ensino remoto -avalia Christian Rocha, diretor de conteúdo do Grupo Rabbit.

Levantamento feito pelo GLOBO, com base nas circulares distribuídas a pais e responsáveis de mais de 25 escolas no Rio e em São Paulo, mostra que os reajustes ficaram entre 3,61% e 15%.

Nessa lista, a Oga Mitá, na Tijuca, Zona Norte do Rio, vai promover o aumento mais acentuado. Os pais dizem, porém, que a elevação foi amplamente debatida em reuniões e assembleias com apresentação de planilha de custos. Procurada, a escola não comentou.

No Santo Inácio, um dos colégios mais tradicionais do Rio, os pais questionaram o aumento de 10% e tentaram negociar uma redução. A instituição informou que, após o diálogo, reduziu o reajuste nas mensalidades de alguns anos do ensino fundamental e da 3- série do ensino médio para 9,1% em 2024. No caso do 2- ano do ensino fundamental e das 1ª e 2- séries do ensino médio, o aumento será mais elevado, mas não foi informado. O colégio propôs que o reajuste seja feito de forma parcelada.

"DECISÃO BEM DIFÍCIL

Já o Colégio Cruzeiro vai praticar aumento de 4,1%, exceto para a educação infantil, que manterá os valores de 2023. A instituição informou em nota que a planilha de contas é gerada a partir do orçamento previsto ano a ano. A escola lembrou que é uma instituição sem fins lucrativos e que, em 2021, em razão da pandemia, não houve reajuste. No Santo Agostinho, o aumento chegará a 11,5%. Procurada, a instituição não comentou.

Na casa da farmacêutica Edilaura Ferreira, de 42 anos, o custo com educação representa 18% da renda da família. A filha de 5 anos vai para o 12 ano do ensino fundamental em 2024. Ela percorreu dez escolas na Tijuca e ficou assustada com os preços:

- A maioria das escolas que visitamos tem preço muito alto, totalmente fora da nossa realidade. E mesmo as mais acessíveis ficaram acima do que pensamos. Foi uma decisão bem difícil.

Em São Paulo, o Colégio Bandeirantes vai aplicar reajuste de 9%. Segundo os pais, a justificativa foi que o que mais pesou foi aumento do seguro de saúde dos professores e funcionários. A escola não comentou o assunto.

AUMENTO REAL

O coordenador do índice de Preços ao Consumidor (IPC) da FGV-Ibre, André Braz, diz que os reajustes costumam vir acima da **inflação** média e configuram aumento real para o consumidor.

- Com muitas escolas enxugando custos e com salas mais vazias, o aluno que permanece acaba pagando pelo aluno que saiu, para que a escola possa manter sua qualidade de ensino. As instituições sofreram evasão grande na pandemia e isso tem que ser levado em conta -diz Braz.

Segundo dados do IBGE, em 2020, os cursos regulares tiveram alta de 1,13%, com descontos aplicados na pandemia. Em 2021, a alta foi de 2,64%. No ano passado, o aumento foi de 7,48%.

Entre os fatores que afetam as contas das escolas estão reajuste salarial de professores e auxiliares de ensino, investimentos em tecnologia, aluguel, taxas e **impostos**.

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Educação Básica do Município do Rio de Janeiro (Sinepe Rio), Pedro Paulo de Bragança, afirma que o índice de reajuste das mensalidades escolares é estabelecido com base na planilha de custos de cada instituição de ensino.

15% de reajuste nas mensalidades

Levantamento feito com escolas do Rio e de São Paulo indicou que esse é o teto dos aumentos

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pressionado por passagens aéreas e alimentos, IPCA-15 tem alta de 0,33%

I DANIELA AMORIM e DANIEL TOZZI MENDES

Pressionada pelos aumentos nos preços dos alimentos e das passagens aéreas, a prévia na **inflação** oficial no País acelerou na passagem de outubro para novembro.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA- 15) passou de uma alta de 0,21% no mês passado para uma elevação de 0,33% neste mês, divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado fez a **inflação** acumulada em 12 meses arrefecer para 4,84% em novembro - o índice era de 5,05% em outubro -, após sequência de três meses consecutivos de aceleração.

A alta de 19,03% no preço das passagens aéreas respondeu sozinha por metade da prévia da **inflação** oficial no País em novembro. O subitem teve o maior impacto individual no mês, uma contribuição de 0,16 ponto porcentual para a taxa de novembro.

Já os combustíveis recuaram 2,11% em novembro, compensando boa parte da pressão das tarifas aéreas. A gasolina ficou 2,25% mais barata, item de maior contribuição negativa para o IPCA-15, - 0,11 ponto porcentual. Houve quedas também no etanol (-2,49%) e no gás veicular (-0,57%), enquanto o óleo diesel subiu 1,12%.

ALIMENTAÇÃO. Os preços dos alimentos para consumo no domicílio ficaram mais caros em novembro, interrompendo uma sequência de cinco meses de quedas. Os preços do grupo alimentação e bebidas registraram uma elevação de 0,82%, puxados pela alta de 1,06% nos alimentos para consumo no domicílio.

As famílias pagaram mais por cebola (30,61%), batata-inglesa (14,01%), arroz (2,60%), frutas (2,53%) e carnes (1,42%).

Houve quedas no feijão carioca (-4,25%) e no leite longa-vida (-1,91%).

"O processo de desinflação é lento, mas continua", disse o economista Luca Mercadante, da gestora de recursos Rio Bravo Investimentos, lembrando que a estratégia do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, de cortes de 0,50 ponto porcentual na

taxa básica de juros, deve continuar "ao menos pelas duas próximas reuniões".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

IPCA-15 acelera a 0,33% com alta de alimentos

Pressionada por alimentos e passagens aéreas, a **inflação** medida pelo IPCA-15 (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) acelerou para 0,33% em novembro, conforme dados divulgados nesta terça-feira (28) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A alta veio após variação de 0,21% em outubro.

O novo resultado ficou acima da mediana das expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam avanço de 0,29% neste mês.

Apesar da aceleração, a taxa de 0,33% é a menor para novembro desde 2019 (0,14%). No acumulado de 12 meses, o IPCA-15 perdeu força e desacelerou a 4,84%. disse o IBGE. O índice marcava 5,05% nesse recorte até outubro.

"É um IPCA-15 com uma mensagem mista", afirma o economista Luca Mercadante, da gestora de investimentos Rio Bravo. Nesse sentido, ele destaca que o índice mensal ficou acima das projeções com a pressão de itens como os alimentos, mas pondera que o movimento não foi suficiente para impedir a desaceleração do acumulado em 12 meses.

Dos 9 grupos de produtos e serviços do IPCA-15.8 registraram avanços de preços em novembro, apontou o IBGE. A maior alta mensal (0,82%) e o principal impacto (0,17 ponto porcentual) vieram de alimentação e bebidas. O segmento subiu após cinco meses consecutivos em baixa.

Despesas pessoais (0,52%) e transportes (0,18%) também registraram alta, contribuindo com 0,05 ponto porcentual e 0,04 ponto porcentual, respectivamente. Comunicação (-0,22% e -0,01 ponto porcentual), por outro lado, recuou pelo terceiro mês consecutivo.

A alimentação no domicílio, que integra o grupo alimentação e bebidas, subiu 1.06% em novembro, após cinco quedas consecutivas.

Contribuíram para esse resultado as altas da cebola (30,61%), da batata-inglesa (14,01%), do arroz (2,60%), das frutas (2,53%) e das carnes (1,42%). Já os preços do feijão-carioca (-4,25%) e do leite longa vida (-1,91%) caíram neste mês.

Segundo economistas, parte dos alimentos vinha em baixa devido à ampliação da oferta com o aumento das safras neste ano. A trégua dos custos de produção também teria ajudado. Agora, esse movimento dá sinais de esgotamento. Analistas lembram que os alimentos costumam subir na reta final do ano com a demanda tradicional desse período.

Eles também avaliam que os fenômenos extremos do clima trazem ameaça adicional na virada de 2023 para 2024. O país já registrou ondas de calor intenso no Sudeste e no Centro-Oeste, fortes chuvas no Sul e seca no Norte. Esses episódios colocam lavouras em risco, com potenciais danos à oferta de alimentos e eventuais repasses aos preços.

PASSAGEM AÉREA

No grupo de transportes (0,18%), a passagem aérea teve alta de 19,03% em novembro, apontou o IBGE. Assim, o subitem registrou o maior impacto individual no IPCA-15 deste mês (0.16 ponto porcentual).

Ainda em transportes, a gasolina teve comportamento diferente, com baixa nos preços em novembro (-2,25%). O combustível gerou impacto de -0,11 ponto porcentual, o principal do índice pelo lado das quedas. (Foihapress)

Site: <https://opopular.com.br/digital/29-novembro-2023/1o-caderno>

Prévia da inflação oficial fica em 0,33% em novembro, diz IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que mede a prévia da **inflação** oficial do país, foi de 0,33% em novembro deste ano. A taxa ficou acima do 0,21% da prévia do mês anterior, mas abaixo do 0,53% da prévia de novembro de 2022.

O dado foi divulgado ontem, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado, o IPCA-15 acumula 4,30% no ano e 4,84% em 12 meses.

Oito dos nove grupos de despesa pesquisados pelo IBGE apresentaram alta de preços na prévia. (ABr)

Site:

<https://www.bemparana.com.br/jornaldoestado/impresso>

IPCA-15: prévia da inflação sobe 0,33% em novembro, com alta no preço de alimentos

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) - considerado a prévia da **inflação** oficial do país - subiu 0,33% em novembro, informou nesta terça-feira (28) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O índice teve aceleração de 0,12 ponto percentual (p.p.) na comparação com o mês anterior, quando teve alta de 0,21% para outubro.

Em novembro de 2022, o IPCA-15 foi de 0,53%.

Com os resultados, o IPCA-15 acumulou 4,84% na janela de 12 meses. Já no ano de 2023, o acúmulo é de 4,30%.

O resultado veio um pouco acima das expectativas de mercado, que esperavam alta de 0,30% no índice em novembro.

Dos nove grupos pesquisados pelo IBGE, oito tiveram altas na prévia de novembro.

O principal impacto veio de Alimentação e bebidas, com ganho de 0,82% no mês.

Dentro da divisão de alimentos, destaque para a Alimentação no domicílio, que rompeu uma sequência de cinco quedas consecutivas e subiu 1,06% em novembro.

VEJA ABAIXO A VARIAÇÃO DOS GRUPOS EM NOVEMBRO Alimentação e bebidas: 0,82%; Habitação: 0,20%; Artigos de residência: 0,24%; Vestuário: 0,55%; Transportes: 0,18%; Saúde e cuidados pessoais: 0,08%; Despesas pessoais: 0,52%; Educação: 0,03%; Comunicação: -0,22%.

Alimentação em alta O grupo Alimentação e bebidas teve o maior impacto no índice geral de novembro, contribuindo com 0,17 ponto percentual do total. A Alimentação no domicílio, que voltou a subir depois de cinco meses, registra preços de alimentos in natura.

Dentre os destaques do IBGE estão a cebola (30,61%), batata-inglesa (14,01%), arroz (2,60%), frutas (2,53%) e carnes (1,42%). Na ponta oposta, tiveram queda os preços do feijão-carioca (-4,25%) e do leite longa vida (-1,91%).

Já a Alimentação fora do domicílio continuou em passo moderado de alta, com ganho de 0,22%. No mês anterior, o aumento foi semelhante e ficou em 0,21%. O subitem refeição (0,22%) teve a mesma variação do mês anterior, enquanto o lanche registrou alta de 0,35%, após queda de 0,11% em outubro.

Site: <https://agazetadoamapa.com.br/edicoes-digitais>

Prévia da inflação avança, mas cenário ainda não preocupa

Anais Fernandes e Lucianne Carneiro

O índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) de novembro, prévia da **inflação** oficial do país, ficou acima do esperado, mas as surpresas se concentraram em itens voláteis, como alimentos e passagens aéreas, enquanto medidas mais ligadas ao ciclo econômico se mantiveram comportadas.

Após subir 0,21% em outubro, o IPCA-15 avançou 0,33% em novembro, divulgou ontem o IBGE, ante expectativa mediana de 0,29% colhida pelo Valor Data. Em 12 meses, no entanto, o índice desacelerou de 5,05% para 4,84%. Ele ainda está acima do centro da meta de **inflação** perseguida pelo Banco Central para 2023, de 3,25%, mas algumas medidas tendenciais já se encontram mais próximas ou abaixo disso, destacam economistas.

Foram observadas taxas maiores de **inflação**, entre outubro e novembro, em alimentação e bebidas (de -0,31% para 0,82%), artigos de residência (de 0,05% para 0,24%), vestuário (de 0,33% para 0,55%), despesas pessoais (de 0,31% para 0,52%) e comunicação (de -0,29% para -0,22%).

Por outro lado, quatro grupos registraram desaceleração: habitação (de 0,26% para 0,20%), transportes (de 0,78% para 0,18%), saúde e cuidados pessoais (de 0,28% para 0,08%) e educação (de 0,07% para 0,03%).

Gasolina e passagem aérea, ambas do grupo de transportes, foram as principais contribuições para o IPCA-15 de novembro, mas em sentidos contrários. O preço da gasolina caiu 2,25%, um alívio de 0,11 ponto percentual para o índice. Já a passagem aérea subiu 19,03%, com impacto de 0,16 ponto percentual.

Apesar de a Black Friday deste ano ter sido a segunda pior da história, como mostrou reportagem do Valor, seus efeitos apareceram na **inflação** do mês, principalmente em itens de higiene pessoal, cujos preços passaram de leve alta, de 0,05%, no IPCA-15 de outubro para queda de 0,78% em novembro.

O recuo ao redor de 0,15% nos bens industriais no mês, provavelmente, está relacionada a uma antecipação nos descontos, segundo o economista Alexandre Maluf, da XP. "Esperamos que esses

preços caiam ainda mais no IPCA de novembro, refletindo descontos mais proeminentes da data comercial."

O preço de alimentação e bebidas, por sua vez, voltou a subir em novembro, após cinco meses seguidos de deflação. O grupo respondeu por 0,17 ponto percentual da alta do IPCA-15 no mês, pouco mais da metade (51,5%). A alimentação no domicílio subiu 1,06% em novembro, também após cinco quedas consecutivas.

"Vemos no atacado que essa desinflação de commodities está se dissipando e, provavelmente, já passamos o melhor momento para a **inflação** de alimentos", diz Laura Moraes, economista da Neo Investimentos.

Economistas divergem, no entanto, sobre os efeitos do fenômeno climático El Niño já no dado. "Essa alta vem puxada por bens "in natura", que subiram 5,1% com as chuvas fortes causadas pelo El Niño", afirma Moraes.

Carla Argenta, economista da CM Capital, observa que o grupo de alimentos foi impulsionado por subgrupos "extremamente voláteis", como tubérculos (9,07%) e hortaliças e verduras (6,14%). Segundo ela, no entanto, "choques nos preços de hortaliças e tubérculos são normais e não representativos dos efeitos deletérios do El Niño". Por isso, Argenta afirma que "a **inflação** de alimentos não é uma preocupação neste momento".

Em termos de tendência para a **inflação**, André Nunes de Nunes, economista-chefe do Sicredi, destaca que os serviços subjacentes (mais ligados ao ciclo econômico), por exemplo, avançaram 0,21% no IPCA-15 de novembro, frente a uma expectativa de 0,3%.

Segundo a MCM Consultores, a média dos cinco principais núcleos (medidas para suavizar itens voláteis) acompanhados pelo Banco Central acelerou de 0,22% na prévia de outubro para 0,27% em novembro. Ainda assim, ficou abaixo da expectativa mediana do mercado, também ao redor de 0,30%.

"Apesar de surpresas altistas, a abertura veio um pouco melhor", diz Luciana Rabelo, economista do Itaú Unibanco.

O núcleo IPCA-EX3, que agrega itens selecionados de serviços e de bens industriais, roda em 1,2% na média móvel de três meses anualizada e dessazonalizada, observa a economista. "Confirma o processo de desinflação em curso", diz.

Por enquanto, o Itaú projeta alta de 0,27% para o IPCA fechado de novembro.

"Itens que são do IPCA-15 e se repetem no IPCA avançaram um pouco mais, então, carrega um pouco mais de **inflação** para o índice cheio", diz Nunes, em referência, por exemplo, às passagens aéreas.

"Mas não vamos revisar a projeção ainda", afirma, observando que os últimos resultados têm vindo abaixo do esperado. Nunes espera alta de 0,24% para o IPCA cheio de novembro.

"Dado confirma processo de desinflação em curso"

Luciana Rabelo

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187725>

Ibovespa sobe com visão de Fed suave

Gabriel Caldeira, Gabriel Roca e Matheus Prado De São Paulo

A percepção de que o ciclo de alta de juros nos Estados Unidos terminou, reforçada ontem por comentários de Christopher Waller, diretor do Federal Reserve (Fed, o BC americano), sustentou os mercados globais e permitiu novas performances positivas do câmbio e da bolsa por aqui. A exceção ficou com as taxas futuras locais, que subiram após a divulgação do IPCA-15 de novembro, que veio acima das estimativas de consenso do mercado.

De acordo com Waller, a economia americana está perdendo ímpeto, o que sugere que a política monetária do Fed está "bem posicionada" para reduzir a **inflação** à meta de 2%. O tom das falas do banqueiro central chamou a atenção dos investidores especialmente porque ele é conhecido como um dos membros mais conservadores do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fome, na sigla em inglês) e vinha mantendo, em intervenções recentes, postura cautelosa e diligente contra a **inflação**.

Os juros de curto prazo dos Treasuries, mais sensíveis à perspectiva para a política monetária, tombaram mais de 10 pontos-base, com a taxa da T-note de dois anos cedendo para 4,739%, de 4,854%. Entre os títulos com vencimento mais longo, a taxa da T-note de dez anos caiu de 4,391% a 4,325%, no menor fechamento desde setembro.

Os comentários ainda deram fôlego para as bolsas de Nova York, que fecharam em alta mesmo depois de um rali em novembro que já acumula alta de mais de 10% entre os principais índices acionários. O Dow Jones subiu 0,24%, a 35.416,98 pontos; o S P 500 avançou 0,10%, a 4.554,89 pontos; e o Nasdaq ganhou 0,29%, a 14.281,76 pontos. Por aqui, o Ibovespa subiu 0,64%, aos 126.538 pontos, e o dólar comercial recuou 0,56%, a R\$ 4,8719.

Ainda assim, os analistas de renda fixa Ian Lyngen e Benjeffery, do BMO Capital Markets, alertam que há muita discordância entre os membros do Fome. "Dando um passo atrás, o tempo médio histórico que o Fed passa em seu juro terminal é de aproximadamente 7 meses. Se o juro terminal foi atingido em julho (mês da última alta do Fed), chegar à reunião de março sem um corte seria tecnicamente mais longo que a média. Para ser justo, duvidamos muito que seja assim que o Fed esteja pensando e é mais provável que [o presidente do BC dos EUA]

Jerome Powell considere que algum momento do quarto trimestre de 2024 seria o ideal para cortar", dizem.

Jerson Zanlorenzi, responsável pela mesa de ações do BTG Pactual, nota que "outubro foi muito ruim para os mercados e novembro tem sido o contrário". "Dados indicando acomodação da **inflação** e da economia dos EUA trouxeram apetite a riscos enquanto a parte técnica do mercado estava boa, com "valuations" descontados e posicionamento leve", diz.

O executivo entende que o fato de o mercado ter mudado o rumo da discussão-que era de possíveis altas adicionais pelo Fed para o início do ciclo de cortes - já impulsionou os ativos. Entende, todavia, que há espaço para ganhos adicionais quando essa tendência de afrouxamento monetário ganhar substância. "Podemos ter dezembro e janeiro positivos, mas isso depende de uma continuação da narrativa positiva no exterior e da volta dos investidores locais à bolsa. E o segundo ponto só ocorrerá caso a Selic continue caindo." Nessa linha, os números do IP-CA-15, ligeiramente acima das estimativas de consenso do mercado, ajudaram a conter as apostas em uma aceleração do ritmo de cortes da Selic no início de 2024 e pressionaram os juros. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 subiu de 10,40% para 10,45%; e a do DI para janeiro de 2026 avançou de 10,075% para 10,135%.

Para o economista-chefe da Azimut Brasil Wealth Management, Gino Olivares, os itens que pressionaram a leitura são voláteis e fornecem pouca ou nenhuma informação sobre a tendência da **inflação**. Os núcleos acompanhados pelo BC continuam mostrando um comportamento benigno, nota. "A despeito da surpresa negativa, a desinflação continua", afirma.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187725>

BC se sente "confortável" com ritmo de corte de juros

Sérgio Tauhata De São Paulo

O Banco Central (BC) está confortável com o ritmo de corte da Selic de 0,50 ponto percentual por reunião, afirmou a diretora de assuntos internacionais e gestão de riscos corporativos, Fernanda Guardado, ontem durante evento do Morgan Stanley. "Esse ritmo atual é bastante confortável e compatível com o que observamos [no processo desinflacionário]." A diretora do BC enfatizou a importância de o governo persistir nos esforços para atingir a meta fiscal. "Vemos muita necessidade de manter o compromisso com metas fiscais. Compromisso pode ter impacto positivo e virtuoso não só para o Brasil, mas também para as expectativas de **inflação** e de preços de ativos." De acordo com Guardado, "a política fiscal tem impacto inicial direto sobre preços de ativos e expectativas de **inflação**". A diretora explicou que uma hipótese possível para a persistência da desancoragem de expectativas de **inflação** mais longas no relatório Focus "é a incerteza sobre o atingimento das metas fiscais nos próximos anos".

Ela lembrou que as políticas fiscais têm um segundo efeito indireto sobre o consumo. "A depender do arranjo e da maneira como a política fiscal se desenrola pode ter impacto sobre demanda e isso vai entrar através de uma sustentação maior ou não do consumo", explicou.

Guardado afirmou ainda que qualquer discussão sobre ajustar o ritmo de cortes da taxa básica necessitaria de mudanças significativas no cenário de **inflação**. "Estamos confortáveis com esse ritmo e precisaria haver surpresas relevantes nas nossas avaliações para considerarmos fazer revisões de ritmo tanto para cima quanto para baixo. Os cenários estão se desenvolvendo como temos esperado, embora ainda existam incertezas relevantes." Um dos fatores esperados pelo BC é a desaceleração do crescimento. "Já se observa moderação no terceiro e quarto trimestres no ritmo de crescimento da economia", disse. "O setor de serviços, que vinha mostrando resiliência ao longo dos primeiros trimestre, também tem mostrado acomodação", afirmou.

O Banco Central também tem enxergado melhora na situação de excesso de endividamento dos consumidores, ainda que o processo esteja no início. "O comprometimento de renda do consumidor ainda

está bastante elevado, mas vem diminuindo", disse. "Diminuiu um pouco vindo dos picos, mas o comprometimento segue perto dos picos." Guardado, no entanto, explicou que o aumento de renda proporcionado pela desinflação tem ajudado a melhorar esse cenário. "O que tem ajudado é o fato de que há um aumento de rendimentos reais comportado e dentro do esperado. Programas como o Desenrola certamente ajudam. Houve um ganho de renda disponível com a queda de preços de alimentação. Esse ganho de renda vindo da desinflação de alimentos ajudou a sustentar o consumo e a confiança do consumidor. A boa notícia é que as expectativas de **inflação** de consumidores têm cedido." A diretora do BC ressaltou também o cenário positivo da dinâmica salarial. "Os ganhos salariais reais, quaisquer que sejam as métricas, são bastante comportados e isso é um desenvolvimento bastante positivo do ponto de vista inflacionário."

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187725>

Novos diretores do BC são aprovados em sabatina

Larissa Garcia e Caetano Tonet De Brasília

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou ontem a indicação de Paulo Picchetti e Rodrigo Alves Teixeira para as diretorias de Assuntos Internacionais e de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do Banco Central (BC), respectivamente.

Ambos foram escolhidos pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e devem assumir suas funções em 1º de janeiro, quando se inicia o mandato fixo de quatro anos, com direito a uma recondução. Picchetti foi aprovado por 20 votos favoráveis a 1 contrário, com uma abstenção, e Teixeira por 22 favoráveis contra 1. Eles ainda passarão por votação no plenário da Casa, evento sem data definida.

Na sabatina feita pelos parlamentares, Picchetti defendeu a autonomia do BC. "Tenho um apreço pessoal pela questão da independência e pretendo manter isso. BC independente não é BC que não dialoga e que não presta contas, pelo contrário. É um BC que tem liberdade de tomar decisões puramente técnicas independentemente de questões políticas e externas", declarou.

Ele também destacou a importância do agronegócio para o país e o papel que o BC pode desempenhar junto ao setor. "O BC pode garantir que o sistema financeiro possua instrumentos de proteção para perdas", disse. "Instrumentos de "hedge" e de seguros existem e devem ser utilizados para garantir o desenvolvimento do setor [agro]", complementou Picchetti.

Teixeira, por sua vez, disse que as mudanças na política monetária sejam feitas com "serenidade e transparência" e com "embasamento técnico". "Mudanças, em especial na política monetária, devem ser feitas com serenidade e transparência, com embasamento técnico e fazendo o uso de uma comunicação eficaz com a sociedade. Sem os solavancos e aventuras que caracterizaram alguns episódios ruins da história econômica brasileira, quando se buscou promover o crescimento ao custo da elevação descontrolada da **inflação** e do endividamento público", afirmou.

Paulo Picchetti nasceu em São Paulo e completa 62

anos em dezembro. Atualmente, é coordenador dos índices de Preços Brasil no Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), além de ser um dos membros do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Co-dace), responsável por definir quando começam e terminam os momentos de recessão e expansão da economia brasileira.

Com mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo e doutorado pela Universidade de Illinois, está no quadro da FGV desde 2007 e foi professor da USP de 1995 a 2006.

Na USP, foi professor do outro indicado à diretoria do BC, Rodrigo Alves Teixeira. O economista ocupará o cargo de Fernanda Guardado, que está no posto desde julho de 2021 e cujo mandato acaba em 31 de dezembro.

Já Teixeira é servidor de carreira da autoridade monetária desde 2002 e estava cedido para a Casa Civil. Ele substituirá Maurício Moura, que está no posto desde 2017, antes da aprovação da autonomia do BC e cujo mandato expira em 31 de dezembro. Ele tem 45 anos. O servidor é graduado, mestre e doutor em Economia pela USP e trabalhou na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão da cidade de São Paulo entre 2013 e 2015.

"BC independente não é BC que não dialoga e que não presta contas, pelo contrário" Paulo Picchetti

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187725>

Investimento social privado no combate à desigualdade - PALAVRA DO GESTOR

Otacílio Nascimento é diretor da Fundação Toyota do Brasil E-mail onascime@toyota.com.br

O Investimento Social Privado (ISP) é uma ferramenta poderosa de estímulo a iniciativas que, quando associada a outras ações, pode contribuir fortemente para a redução de desigualdades sociais. Em um país de escala continental, como é o caso do Brasil, muitas vezes o poder público não consegue atender toda a população, o que torna o ISP ainda mais relevante para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

Para além da viabilização do acesso a oportunidades para pessoas e grupos vulnerabilizados, a utilização de capital privado permite que ele seja alocado de forma mais célere e flexível, diferentemente do setor público que, normalmente, envolve trâmites mais burocráticos e, portanto, demorados. Outro ponto positivo que o aporte de empresas a projetos socioambientais e educacionais tem é permitir o fortalecimento de soluções pensadas e executadas pelas próprias comunidades, envolvendo líderes locais e a população diretamente impactada pelas ações.

Nesse sentido, a realização de editais de apoio a iniciativas já estruturadas e voltadas para qualificação e empregabilidade de grupos minorizados pode ser uma boa opção no curto e médio prazo.

É importante destacar que o Investimento Social Privado não tem pretensão de substituir o papel do Estado. Suas atuações devem ser complementares e caminhar lado a lado na construção de uma sociedade melhor para todos. O ISP também não deve ser confundido com caridade ou assistencialismo, que envolve doações para atender a necessidades mais imediatas. O uso de capital privado em iniciativas de impacto tem um foco mais amplo e estratégico, buscando promover mudanças sistêmicas e sustentáveis na sociedade em áreas como educação, saúde, emprego e meio ambiente.

Em termos de valores investidos, o repasse financeiro feito por instituições privadas para projetos de impacto social no país é maior do que o orçamento de muitos ministérios do governo federal. Segundo o Censo Gife 2020, o volume total desembolsado para ações filantrópicas alcançou a ordem de R\$ 5,3 bilhões naquele ano, enquanto o Ministério de Portos e

Aeroportos, por exemplo, garantiu R\$ 4,9 bilhões para fomentar todo o setor em 2023. Esse é apenas um exemplo da força e da importância da filantropia no Brasil.

A boa notícia é que temos um grande potencial para expandir ainda mais nesse campo.

Apesar de o ISP movimentar cerca de 0,2% do **PIB** brasileiro (dados do Idis, Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social), percentual baixo quando comparado aos Estados Unidos, em que esse número chega a 2% (Giving USA), no mais recente levantamento do World Giving Index (WGI), o Brasil se destacou no ranking dos países que mais praticam a filantropia. Saímos da 54- posição, em 2021, para o 18-lugar em 2022. Se conseguirmos somar esse bom momento do ISP a uma reformulação da política tributária, que incentive adequadamente a prática, teremos, em um futuro não tão distante, mais motivos para comemorar.

Ao investir em projetos de interesse público e de impacto social positivo, o setor privado também assume a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento econômico do Brasil, diminuindo diferenças e trazendo renda e qualificação para as parcelas menos favorecidas da população. É crucial que as instituições privadas tragam o ISP para o centro de seus debates internos e o incorporem aos planejamentos anuais como uma prática contínua e de longo prazo. Quanto mais adesão, mais vidas são impactadas, e mais promissor será o futuro do nosso país. Afinal, a responsabilidade pela construção de um Brasil de e para todos é nossa também.

Otacílio Nascimento é diretor da Fundação Toyota do Brasil E-mail onascime@toyota.com.br

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187725>

O trabalho mais importante não é remunerado

É com esta constatação da filósofa italiana Silvia Federici que inicio minha abordagem sobre a economia do cuidado. Tema polêmico da redação do Enem deste ano, a pauta precisa reverberar para reforçar as proporções deste grande problema que gera inúmeros prejuízos sociais. Uma situação que atinge diversos países, fruto do patriarcado que se aprofundou estruturalmente na Revolução Industrial, trata-se de uma conjuntura onde boa parte dos envolvidos na exploração dessa mão de obra nem reconhece do que se beneficia, reforçando o senso de invisibilização e desvalorização.

De acordo com o livro "Economia Donut", essa ocupação também é conhecida por outros nomes: trabalho de cuidar não remunerado, economia reprodutiva, economia do amor e segunda economia. A autora do livro Kate Raworth cita a economista Neva Goodwin para explicar que, longe de ser secundária, esta é na verdade a "economia nuclear", pois acontece em primeiro lugar todos os dias em todos os lares, e assim sustenta o essencial da família e da vida social com a gestão dos recursos humanos universais de tempo, conhecimento, habilidade, cuidado, empatia, ensino e reciprocidade.

Relatório da Oxfam de 2019 mostra que o trabalho de cuidado não pago equivale a 10,8 trilhões de dólares, o que corresponde à quinta economia do mundo. Dados do IBGE, publicados pela ONG Think Olga, revelam que, se remunerado, este seria o principal setor produtivo do país, responsável por 11% do PIB brasileiro. O trabalho de cuidado também perpetua as desigualdades relacionadas a gênero. Segundo Pesquisa do IBGE de 2022, 92% da população feminina realiza afazeres domésticos, contra 78% dos homens. Além disso, as mulheres gastam, em média, 21 horas por semana em atividades de cuidado, enquanto os homens gastam apenas 11 horas. Esse trabalho sobrecarrega principalmente as mulheres de 36 a 55 anos (57% cuidam de alguém) e pretas e pardas (50% cuidam de alguém).

E o que falar de quem atua na economia do cuidado e ainda tem um emprego para sustentar a família? Segundo relatório do Dieese de 2022, a maioria dos domicílios no Brasil é chefiada por mulheres. Dos 75 milhões de lares, 50,8% têm liderança feminina. Importante analisar o recorte de raça, pois as mulheres negras lideram 21,5 milhões de lares

(56,5%) e as não negras, 16,6 milhões (43,5%). Hoje as pessoas negras e pardas representam 56% da população brasileira e a participação das mulheres negras na População em Idade Ativa (PIA) é de 28,3%. Porém, entre todas com idade para trabalhar, que somaram 50 milhões no início de 2023, apenas 44% estavam empregadas, sendo o menor nível quando comparado com os demais grupos: para as mulheres e homens não negros, esse percentual é de 49,3% e 67,7%, respectivamente. E nas oportunidades de ascensão profissional, nos cargos gerenciais, negros ocupam 29,5% dos cargos e brancos 69%.

Assim, as mulheres negras possuem as piores condições salariais e as piores oportunidades de carreira, com extremas dificuldades para viver de forma digna, mesmo sendo responsáveis pelo cuidado de grande parcela das próximas gerações que entrarão no mercado de trabalho. Então qual futuro queremos para o País, se são mínimos os esforços para mudar este panorama?

A Oxfam aponta que investir em sistemas nacionais de cuidado para equacionar a questão da responsabilidade desproporcional assumida pelo trabalho de mulheres, adotar um sistema de tributação progressiva, com taxas sobre riquezas, e legislar em favor de quem cuida, são passos cruciais para uma mudança, medidas que podem ser adotadas através de políticas implementadas na esfera pública. Também é dever deste setor prover creches, escolas, asilos e hospitais que dêem assistência para quem exerce várias jornadas de trabalho.

Além disso, o modelo de gestão de negócios precisa ser reconfigurado pelo segundo setor. O Capitalismo Consciente se propõe a debater e orientar empresas para que tenham um propósito além do lucro e priorizem o capital humano. Trazendo para o senso prático, é possível citar ações como a revisão da licença parental, compreendendo os direitos e deveres iguais para mulheres e homens na dupla função que envolve os cuidados dos filhos e a jornada profissional; o modelo de trabalho híbrido ou home office, que flexibiliza e economiza tempo na rotina; e políticas de ação afirmativa em processos de recrutamento e seleção para mulheres, e mais especificamente para mulheres negras, com oportunidades de cargos em todos os níveis e carreiras.

Ao trazer uma pensadora contemporânea crítica do capitalismo e especialista na economia do cuidado, a ideia é provocar a reflexão dos acomodados frente à atual situação, pois o trabalho de cuidar é responsável por reproduzir os trabalhadores, e sem eles, não há como suportar o capitalismo. Com consciência acerca dos benefícios e malefícios do nosso atual modelo econômico, será possível mobilizar os atores envolvidos para a reforma necessária, construindo uma Nova Economia que gere impactos positivos e prosperidade a todos os stakeholders e permita a existência de uma nação, ainda capitalista, porém mais sustentável para as próximas gerações.

*Conselheira da Filial Regional do Capitalismo Consciente em Belo Horizonte (MG), publicitária, especialista em Marketing e Gestão de Projetos, pós-graduanda em Moda e Sustentabilidade e pesquisadora da área de consumo consciente. LinkedIn: Thaisa Bogoni, Instagram: @thabogoni e e-mail: thabogoni@gmail.com.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Cresce entrada de estrangeiros no País

Em outubro deste ano, o Brasil recebeu quase 410 mil turistas internacionais. O número se equipara ao período pré-pandêmico, quando, em outubro de 2019, 413 mil estrangeiros entraram no País. Se comparado ao período de janeiro a outubro de 2022, a entrada de estrangeiros foi 74% maior em 2023, registrando 4,78 milhões de visitantes de outros países.

O ministro do Turismo, Celso Sabino, ressalta que as ações implantadas pelo governo federal para melhorar o ambiente interno do país estão atraindo mais estrangeiros. "Claramente temos melhoria no ambiente econômico, com alta na previsão do **PIB** e redução de juros; no social, com a garantia de direitos, como o Bolsa Família, e no compromisso com a sustentabilidade e meio ambiente. Isso tudo impacta na imagem do Brasil lá fora. Temos muito a oferecer, e o mundo está acordando para isso", comemora Sabino.

Entre os principais visitantes estrangeiros que vieram ao Brasil em 2023 estão os argentinos, com 1,51 milhão. Os americanos vêm em seguida, com pouco mais de 483 mil visitantes, seguidos pelos chilenos e paraguaios, ambos com pouco mais de 311 mil turistas.

Segundo o presidente da Embratur, Marcelo Freixo, a perspectiva é de que o número de turistas internacionais no país se aproxime dos 6 milhões até o fim do ano. "A gente está em um momento muito positivo no setor do turismo. Certamente, vamos nos aproximar dos patamares históricos de pré-pandemia. Em relação a rendimentos, nós vamos terminar o ano provavelmente com um recorde histórico. De janeiro a setembro deste ano, os turistas internacionais injetaram mais de R\$ 24,6 bilhões na nossa economia. Esses números só comprovam o potencial do turismo", afirma Freixo.

Dados do setor - Desde o início de novembro, o Portal de Dados da Embratur dispõe de um novo painel com informações mais abrangentes sobre a entrada de turistas internacionais no país. São números coletados da plataforma ForwardKeys, voltados para visitantes que chegam ao Brasil por via aérea. A ferramenta proporciona levantamentos, com filtros por estado, que informam a antecedência da compra de passagens, a motivação das viagens, o tempo de permanência, o aeroporto que foi o portão de entrada e o número de conexões até o destino final.

A plataforma digital ainda reúne dados atualizados

sobre a entrada de turistas estrangeiros, a movimentação financeira dos visitantes no Brasil e a malha aérea internacional em nosso país. O painel tem reconhecimento internacional e também fornece informações para instituições como a Organização Mundial do Turismo (OMT), o World Travel Tourism Council e países como Alemanha, Inglaterra, Portugal, República Dominicana e Tailândia.

Com o painel, a Embratur passa a fornecer informações para que os governos estaduais planejem campanhas mais eficientes de atração de turistas, além de os dados alimentarem o fomento de políticas da própria Agência para promover o Brasil no exterior. (Com informações da Embratur)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Brasil e Senegal estão cooperando em educação, defesa e agropecuária

Em entrevista durante o 9º Fórum Internacional de Dacar sobre Segurança e Paz na África nesta semana, o embaixador do Brasil no Senegal, Bruno Cobuccio, afirmou que, nos últimos anos, as autoridades brasileiras têm tentado fortalecer os laços entre ambas as nações em áreas como educação, saúde, agricultura e energia. "Brasil e Senegal compartilham uma longa história de cooperação e amizade, marcada por compromisso mútuo com o desenvolvimento sustentável, a democracia e a promoção da paz", disse à Agência Brasil.

De acordo com ele, as principais trocas envolvendo o comércio estão relacionadas com produtos agrícolas e da pecuária. No último mês de maio, os senegaleses importaram cerca de 300 touros Guzerá para possibilitar o melhoramento genético do gado do país e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento da pecuária, que representa aproximadamente 15% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do território.

Também é necessário ressaltar a existência de acordos de cooperação agrícolas com pequenos produtores para utilização na merenda escolar, por exemplo, e outros programas relacionados à educação, como a abertura de vagas para estrangeiros em cursos de graduação e pós-graduação do Brasil.

Já a cooperação na área militar foi impactada pela ampliação da atuação de grupos extremistas armados, responsáveis por desestabilizar o norte da África. "Nós temos um acordo de cooperação com o Senegal, assinado em 2010, que já temos mais de 150 senegaleses, que foram formados, ou estão em formação no Brasil, em diversos níveis da formação militar", revelou adido militar da Embaixada brasileira no Senegal, Rafael Frischgesell. "A questão do avanço do jihadismo é um problema que afeta praticamente todos os países do Sahel, e o Brasil entende que deve manter o acompanhamento disso, contribuir de alguma forma com a parte de formação, e a cooperação está aberta", explicou.

O Brasil está tentando recuperar o espaço diplomático na África e, anualmente, exercícios militares coordenados entre as Marinhas brasileira, francesa, norte-americana e de diversos países da costa oeste da África, são realizados como forma de fortalecer a vigilância marítima.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/29-11-2023-edicao24713/>

R\$ 95,9 bilhões para as obras em 2024

O orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) em 2024 será de R\$ 117,7 bilhões, dos quais R\$ 97,2 bilhões serão destinados para a habitação popular. O Minha Casa, Minha Vida, uma das principais bandeiras do presidente Lula, será o principal destino dos recursos do fundo, com R\$ 95,9 bilhões. O governo quer construir 2 milhões de novas moradias até 2026.

Já a linha Pró-Cotista, que oferece condições melhores para a compra de imóveis por pessoas que têm conta no **FGTS**, terá R\$ 8,5 bilhões em 2024. Além disso R\$ 12 bilhões do orçamento do **FGTS** vão para o saneamento básico e a infraestrutura urbana. Na comparação com este ano, os recursos iniciais destinados para a habitação no Orçamento do **FGTS** cresceram pouco menos de R\$ 12 bilhões, já que a previsão inicial era de que seriam repassados R\$ 85,7 bilhões. Ao longo do ano, esse valor foi revisto para cima e chegou a R\$ 109 bilhões.

Os números aprovados nesta terça pelo Conselho Curador do **FGTS** podem mudar em breve, a depender da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a remuneração do dinheiro que os trabalhadores têm em suas contas. No momento, há três votos a favor da mudança do índice de correção, igualando ao usado na poupança.

A caderneta rende hoje 6,073% ao ano, enquanto o fundo tem um fator de correção de 3% mais a Taxa Referencial (TR). O julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Cristiano Zanin.

Nesse intervalo, governo e centrais sindicais discutirão o tema.

De acordo com a Advocacia-Geral da União (AGU), o eventual pagamento de valores retroativos aos cotistas do fundo custaria R\$ 660 bilhões ao Tesouro. Além disso, seriam necessários aportes anuais de R\$ 8,6 bilhões.

Saque- aniversário Outro ponto que influencia o orçamento do **FGTS** é a mudança nas regras do **saque-aniversário**, em que o trabalhador faz retiradas anuais do dinheiro do fundo, mas abre mão de sacar seu saldo do **FGTS** se for demitido. Os dois pontos foram mencionados na reunião do conselho pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT), que preside o grupo (Da Folhapress).